



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM LETRAS LIBRAS - BACHARELADO

Raquel Nascimento de Souza

O Tradutor e Intérprete de Libras no Contexto Educacional no Nível Superior: Atuação na Universidade Federal do Pará.

São Luís / MA
2018

Raquel Nascimento de Souza

O Tradutor e Intérprete de Libras no Contexto Educacional no Nível Superior: Atuação na Universidade Federal do Pará.

Trabalho apresentado à Universidade Federal de Santa Catarina, como requisito para a conclusão do curso de Graduação Bacharelado em Letras Libras.

Professora Orientadora: Prof.^a. Dr.^a. Ronice Muller de Quadros

São Luís / MA
2018

“Quanto mais se reflete sobre a presença dos intérpretes de Língua de Sinais, mais se compreende a complexidade de seu papel, as dimensões e a profundidade de sua atuação. Mais se percebe que os intérpretes de Língua de Sinais são também intérpretes da cultura, da língua, da história, dos movimentos, das políticas da identidade e da subjetividade surda, e apresentam suas particularidades, sua identidade, sua orbitalidade” (Perlin, 2006).

AGRADECIMENTOS

À Deus toda honra e glória, pois me permitiu ultrapassar por todas as dificuldades que encontrei para chegar até aqui. Não tenho tempo determinado nem palavras suficiente para agradecer-Lo.

À minha família, meu porto seguro, rocha firme, que me sustentou durante as viagens e noites mal dormidas para que estas aconteçam.

Meu esposo Janeisi Meira, grande apoiador dos meus sonhos, meus filhos, Sara e Davi, razão da minha vida.

À meus pais porto forte e seguro de todas as minhas necessidades.

Meus avós Enedino e Eudete (*in memoriam*), que mesmo não estando presentes fisicamente se fazem presentes em meus pensamentos.

Aos amigos, apoiadores e as vezes julgadores desta “loucura”.

Ao “clube” amigos da primeira graduação para toda a vida.

Meus queridos amigos de Altamira, intérpretes do coração, que me “arrancaram” muitas risadas e deram apoio.

A comunidade surda, razão pelo qual essa formação se fez necessária, a fim de proporcionar-lhes uma comunicação de qualidade garantindo assim seus direitos de acessibilidade.

À UFPA, em especial a Coordenadoria de Acessibilidade (CoAcess) na pessoa da Prof^a. Arlete Gonçalves que contribuiu para tamanho conhecimento.

Aos companheiros diários desta coordenadoria tão amada por mim em especial à Equipe D.A.S e à secretaria.

Às queridas tutoras e aos queridos amigos do Pólo São Luís, pela compreensão, cuidado e carinho.

À minha querida orientadora Prof^a. Dr^a. Ronice Quadros, pelas contribuições e paciência.

Aos que sempre me apoiaram com seus ombros amigos quando jurei não conseguir, e sempre estimularam a continuar e seguir meu sonho.

Aos que não puderam estar presentes, mas que seus pensamentos sempre estiveram conectados aos meus e me foram força.

Enfim, palavras e sinais não serão suficientes para externar tamanha gratidão por esta jornada.

Gratidão sempre!

RESUMO

Este estudo teve como objetivo, análise e descrição das atividades realizadas pelos tradutores e intérpretes do par linguístico Língua Brasileira de Sinais (Libras) – Língua Portuguesa, lotados na Coordenadoria de Acessibilidade (CoAcess), ligados à Superintendência de Assistência Estudantil (SAEST), da Universidade Federal do Pará (UFPA). O campo da tradução e interpretação nos espaços da universidade remetem ao contexto educacional mas quando analisamos as atividades e os espaços de atuação dos profissionais tradutores e intérpretes de Libras, público alvo desta pesquisa, são constatadas a diversidade de campos de atuação dentro do contexto universitário, campos estes que perpassam diferentes áreas de conhecimento, em diferentes níveis de ensino e proficiência dos sujeitos surdos. Para tanto, descrevemos a trajetória histórica dos intérpretes de Língua de Sinais, especificamente a Libras e sua atuação em diferentes âmbitos até o nível superior. Aborda-se aspectos legais e normativos que asseguram os direitos linguísticos da comunidade surda e acessibilidade nos diversos níveis de ensino e as atividades oferecidas neste âmbito, bem como aquelas que regem a profissão do tradutor e intérprete de Libras. A metodologia utilizada foi a pesquisa documental na qual foram analisados em caráter interpretativo os dados documentados pela CoAcess que tratam sobre a atuação dos tradutores e intérpretes de língua de sinais nos anos de 2016 e 2017 e os espaços de atuação na universidade em comparação aos mapeamentos do campo disciplinar dos Estudos da Tradução e Estudos da Interpretação, concluindo que apesar de a universidade ser um contexto de atuação educacional, são necessários aos profissionais tradutores e intérpretes de Libras conhecimentos específicos em diversas áreas de conhecimento para atuação em contextos específicos.

Palavras-chave: Tradução, interpretação, língua de sinais, UFPA.

ABSTRACT

The purpose of this study was to analyse and describe the activities carried out by the translators and interpreters of the language pair Brazilian Sign Language (BSL) - Portuguese Language, in the Coordination of Accessibility (CoAcess), linked to the Superintendency of Student Welfare Assistance (SAEST) of the Federal University of Pará (UFPA). The field of translation and interpretation in the university spaces refers to the educational scope, but when we analyze the activities and spaces of the translators' and interpreters' actions of BSL, the target audience of this research, we can see the diversity of fields of action within the university context, fields that pass through different areas of knowledge, at different levels of teaching and proficiency of the deaf people. For this purpose, we describe the historical trajectory of the Sign Language interpreters, specifically the BSL, and their performance in different areas up to the higher level. It addresses legal and normative aspects that assure the linguistic rights of the deaf community and accessibility in different levels of education and the activities offered in this context, as well as those that govern the translator's and interpreter's profession of BSL. The analyses are based on data documented by CoAcess that deal with the sign language translators and interpreters' performance in the years 2016 and 2017 and which spaces of action in the university in comparison to the mappings of the disciplinary field of Translation and Interpretation Studies., concluding that although the university is a context of educational action, it is necessary for professional translators and interpreters of Libras specific knowledge in several areas of knowledge to act in specific contexts.

Keywords: Translation, interpretation, sign language, UFPA.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES, FIGURAS E TABELAS

Figura 1 -	Visualização inspirada no mapeamento da disciplina <i>Translation Studies</i> sugerido por Holmes (1972, 1988)	18
Figura 2 -	Mapeamento dos Estudos da Tradução no Brasil	19
Figura 3 -	Mapeamento dos Estudos da Tradução de Williams & Chesterman (2002)	20
Gráfico 1 -	Quantitativo de alunos por ano de Ingresso dos alunos 2011-2017	31
Tabela 1 -	Quantitativo de professores surdos da UFPA por ano de ingresso	33
Gráfico 2 -	Lotação e distribuição dos tradutores intérpretes efetivos de Libras na UFPA ao final do ano de 2017	34
Quadro 1 -	Atividades de Tradução e Interpretação realizados pelos TILSP da CoAcess no período de outubro a dezembro de 2016	36
Quadro 2 -	Atividades de Tradução e Interpretação realizados pelos TILSP da CoAcess no período de janeiro à julho de 2017	37
Esquema 1-	Áreas de atuação e conhecimentos aplicados ao campo disciplinar de Estudos da Tradução e da Interpretação de Línguas de Sinais	39
Gráfico 3 -	Atividades de Tradução e Interpretação realizados pelos TILSP da CoAcess no período de agosto a dezembro de 2017	40

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
1. PERSPECTIVAS HISTÓRIAS DAS LÍNGUAS DE SINAIS E DE SUA TRADUÇÃO E INTERPRETAÇÃO	12
1.1 Percurso histórico: línguas de sinais e direitos legais de acessibilidade de comunicação e informação	12
2. CONTEXTUALIZANDO OS ESTUDOS DA TRADUÇÃO E DA INTERPRETAÇÃO	17
2.1. O campo da tradução e interpretação em línguas de sinais	21
3. AÇÕES AFIRMATIVAS NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ: A COACCESS NA PROMOÇÃO DE ACESSIBILIDADE DE COMUNICAÇÃO E INFORMAÇÃO	27
3.1. Primeiros passos do tradutor e intérprete de Libras na Universidade Federal do Pará	32
3.2. Analisando a atuação dos Tradutores e Intérpretes de Libras da Universidade Federal no Pará lotados na CoAcess	35
CONCLUSÃO	42
REFERÊNCIAS	44
ANEXO I – TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DA PESQUISA	48

INTRODUÇÃO

A promoção da acessibilidade em todos os espaços sociais tem ganhado repercussão e um maciço movimento, em especial ao povo surdo em que a garantia de acesso à comunicação e informação deve considerar sua singularidade linguística, para isto foi instituída a presença do tradutor e intérprete de Línguas de Sinais, nesta pesquisa especificamente a Libras.

Os relatos da atuação do tradutor e intérprete da Língua de Sinais no Brasil, historicamente iniciou em ambientes religiosos ou em contato pessoal com o público surdo nas comunidades em que conviviam (LACERDA, 2000; 2002; QUADROS, 2004; PIRES & NOBRE, 2004). De acordo com Quadros (2004) a “história da constituição deste profissional se deu a partir de atividades voluntárias que foram sendo valorizadas enquanto atividades laborais na medida em que os surdos foram conquistando o seu exercício de cidadania”. A medida em que este profissional foi sendo reconhecido, simultaneamente as lutas da comunidade surda, levou a que ambos ganhassem novos espaços, sendo nestes garantida a acessibilidade de comunicação e informação através da presença do tradutor e intérprete de Línguas de Sinais, um destes espaço é a universidade.

A Universidade Federal do Pará (UFPA), recebe o público surdo em seu alunado nos cursos de graduação e pós-graduação e tem buscado garantir o acesso e a permanência destes no espaço acadêmico, além dos alunos possui servidores docentes surdos e atende a comunidade em geral quando necessário, garantindo acessibilidade de comunicação e informação através dos tradutores e intérpretes de Língua de Sinais (TILS). Para isto conta com a Coordenadoria de Acessibilidade (CoaAcess), que é vinculado à Superintendência de Assistência Estudantil (SAEST), a CoAcess é organizada em Equipes Técnicas Especializadas para o atendimento do público alvo da educação especial e uma destas equipes é responsável pelo atendimento ao público com deficiência auditiva e surdez, onde seus profissionais são os TILS, público alvo desta pesquisa.

A UFPA, tem em seu quadro efetivo 11 (onze) “Tradutores e Interpretes de Linguagem de Sinais”¹, distribuídos da seguinte maneira: 4 profissionais lotados na CoAcess, 4 no Instituto de Letras e Comunicação, 1 no Instituto de Ciências da Arte, todos estes no Campus da Capital – Belém; além da sede 2 (dois) profissionais no Campus da Cidade de Castanhal. Nesta pesquisa trataremos especificamente da atuação dos TILS lotados na

¹ Termo utilizado no Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, no âmbito das Instituições Federais de Ensino vinculadas ao Ministério da Educação (BRASIL, 2005b).

CoAcess no período de outubro de 2016 a dezembro de 2017. A delimitação do período de análise dá-se em função de ser no primeiro mês supracitado a lotação do TILS na referida coordenadoria², a escolha por analisar as atividades dos profissionais que atuam neste coordenadoria se deu por receberem diretamente a maior parte das demandas da universidade, um outro elemento foi o registro dessas atividades semestralmente, estes registros foram o material base para pesquisa por meio da análise documental.

Este trabalho analisou a atuação dos tradutores e intérpretes do par linguístico Língua Brasileira de Sinais (Libras) / Língua Portuguesa (LP), como responsáveis por promover a interação discursiva entre os surdos e ouvintes nas relações acadêmicas e sociais e as práticas no contexto educacional universitário, além disso, o mapeamento das ações que foram desenvolvidas no ensino, na pesquisa e na extensão.

O interesse pelo tema originou-se de experiências vivenciadas pela autora em sua atuação, nos espaços da universidade pesquisada, na qual é servidora, lotada no cargo de “Tradutor e Intérprete de Linguagem de Sinais”, vinculada a CoAcess/SAEST. A indagação a esse tema surgiu a fim de tornar conhecido e mapear as atividades e espaços de atuação dos tradutores e intérpretes de Libras (TILS) dentro do campo disciplinar dos Estudos da Tradução e da Interpretação (ETILS), que mesmo estando em um contexto educacional perpassa por diversas subáreas dos ETILS, atuação esta que além da acessibilidade prestada requer do TILS competências específicas nas diferentes áreas do conhecimento.

Diante disto, esta pesquisa foi organizada da seguinte forma:

No primeiro capítulo discorrer-se-á sobre aspectos históricos que envolvem as línguas de sinais, em especial à Língua Brasileira de Sinais (Libras), o caminho percorrido e conquistas, além da promoção da acessibilidade de comunicação e informação a partir das conquistas da comunidade surda. Tais discussões nos levam à compressão e importância da atuação dos tradutores e intérpretes de línguas de sinais em diversos contextos de atuação e sua valorização.

No segundo capítulo estão contextualizados os estudos da Tradução e Estudos da Interpretação, os mapeamentos propostos, o arcabouço sólido para a organização das atividades na área e sua evolução, estando nestes a tradução e interpretação das línguas de sinais e suas subcategorias. Trata-se ainda de relato histórico dos TILS e legislação que os ampara.

² Na época denominado NIS – Núcleo de Inclusão Social.

No terceiro capítulo situa-se a Universidade Federal do Pará (UFPA), espaço da referida pesquisa, suas políticas afirmativas aos alunos, público alvo da educação especial com foco para o público surdo, bem como as ações de promoção de acessibilidade através das atividades dos tradutores e intérpretes do par linguístico Língua Brasileira de Sinais / Língua Portuguesa, por meio da Coordenadoria de Acessibilidade. Neste capítulo desenvolve-se a análise do material coletado, o mapeamento e subdivisão nas áreas do campo disciplinar dos ETILS.

Mediante as análises, percebe-se que os espaços de atuação do TILS dentro do contexto universitário perpassa por distintas áreas de conhecimento, tanto no campo da tradução quanto da interpretação, este último é o que mais demanda atividades.

1. PERSPECTIVAS HISTÓRIAS DAS LÍNGUAS DE SINAIS E DE SUA TRADUÇÃO E INTERPRETAÇÃO.

1.1 Percurso histórico: línguas de sinais e direitos legais de acessibilidade de comunicação e informação.

A participação das pessoas surdas nos espaços sociais, por muitos anos, se deu de forma preconceituosa, o que ainda tem refletido nos dias atuais. Segundo Jesus e Domingues (2004), as pessoas surdas eram consideradas incapazes de serem ensinadas, sendo proibidos de atividades como casar-se, possuir ou herdar bens ou mesmo conviver como os demais seres humanos. Em virtude de serem privadas do “dom da fala”, segundo filósofos como Aristóteles (384-322 a.C), eram tidas como seres que não pensavam, portanto, não poderiam ser consideradas humanas, uma vez que a capacidade do pensar se constituía por meio da linguagem (GOLDFELD, 1997)

No fim da Idade Média e início da Idade Moderna (século XV - XVIII), as pessoas com deficiência passaram a ser alvo de interesse por médicos e religiosos, neste rol de interesse estavam incluídos os surdos, sua capacidade de proferir sons que se assemelhavam à fala foi percebida, gerando trabalho aos intérpretes de sinais, pessoas que eram contratadas para ensinarem os surdos a “falar”, ensinando-lhes, aos poucos, também a ler e a escrever, o que podemos perceber que vai de encontro as palavras do filósofo grego Aristóteles (GOMES, 2008).

Segundo Veloso e Maia Filho (2009) poucos anos após 1500, apareceram pessoas interessadas e até mesmo defensoras da capacidade dos surdos para a aprendizagem. De acordo com Gomes (2008) somente a partir do século XVI isso ficou demarcado. Como iniciativa à educação do surdo houve na Espanha a criação de uma escola para Surdos por Pedro Ponce de León (1520-1584), um monge contratado por famílias nobres para educar seus filhos. Ponce de León utilizava como meio de educação dos surdos um alfabeto bimanual, utilizando ambas as mãos e alguns sinais simples. Assim, com o alfabeto manual o estudante aprendia a soletrar qualquer palavra, mas não a comunicação com outras pessoas, além disso, fora da sala de aprendizagem era proibido o uso de gestos, pois o objetivo principal ainda era tornar os alunos surdos o mais “normal” possível perante a sociedade (GOMES, 2008), entretanto, seus métodos não foram difundidos e após sua morte seus registros permaneceram abandonados.

O alemão Samuel Heinicke (1727-1790) inventou uma máquina que pretendia estabelecer uma comunicação para as pessoas surdas. Essa máquina consistia em ensinar ao surdo falar a partir da associação dos sabores a sons vocálicos em que buscava explorar o paladar ao invés da visão como sentido principal (RAILY, 2004). As línguas de sinais se espalharam pelo mundo, inicialmente como estratégias de ensino e comunicação para o surdo e posteriormente se constituindo como uma língua.

Na França, em meados de 1760, o Abade Charles Michel de l'Épée iniciou um trabalho com duas irmãs surdas a partir da língua de sinais usadas nas ruas de Paris a partir de uma metodologia desenvolvida por ele baseada na datilologia ou alfabeto manual. L'Épée apropriou-se de sinais já utilizados e convencionou então outros para representar palavras francesas (RAMOS, 1992). Segundo Zampiere (2006) com a eficácia do método aplicado pelo Abade, muitos de seus alunos passaram a assumir o lugar de professores ouvintes no processo ensino-aprendizagem destinado, principalmente, a crianças surdas, além de somente ensinar, passaram a ocupar lugares importantes e de destaque na sociedade. Assim, a metodologia desenvolvida por L'Épée passou a ser reconhecida e assumida pelo Instituto de Surdos e Mudos de Paris, atualmente conhecido como Instituto Nacional de Jovens Surdos.

A partir de análises históricas de Veloso; Maia Filho (2009) relatam que em 1855 um professor Surdo francês chamado Eduard Huet (1822 – 1882) chega ao Brasil, solicitado por Dom Pedro II com a pretensão de criar uma escola de Surdos no país. Então em 1857 na cidade do Rio de Janeiro, sede da corte, fundou-se o primeiro Instituto de Surdos, em 26 de Setembro, o Instituto de Surdos-Mudos, atualmente Instituto Nacional da Educação de Surdos – INES, tinha a educação influenciada pelas filosofias francesas e o alfabeto manual francês dava suporte ao ensino que foi difundido no país pelos próprios surdos. A língua de sinais que conhecemos hoje no Brasil, teve origem a partir de uma sistematização realizada por religiosos e monges franceses, por isso apresenta grande semelhança com as línguas de sinais utilizadas na Europa.

O grande impacto na história dos surdos aconteceu no ano de 1880 em um Congresso dos educadores de surdo na cidade de Milão, na Itália, onde ficou decidido que os surdos adotariam o oralismo ao invés de gestualismo. Isso provocou uma série de turbulências que perdurou por mais de cem anos na educação desse público, desse modo, esses sujeitos ficaram subjugados às práticas dos ouvintes, pois tiveram que abandonar sua cultura e sua identidade surda submetendo-se a uma cultura ouvinte (PERLIN; STROBEL, 2006). As decisões tomadas naquele congresso prevaleceram a favor de métodos orais na educação de surdos,

proibindo oficialmente o uso e a expansão de qualquer gestualidade alegando que esta prática destruía a habilidade da “oralização” dos sujeitos surdos enquanto fala. Era o processo de oralismo sendo implantado para forçar a pessoa surda a utilizar a língua modalidade oral como única possibilidade linguística (SÁ, 1999). Neste entremeio a visão clínica prevaleceu, pois transformaram as escolas dos surdos em espaços de reabilitação de fala e treinamento auditivo, de modo que estavam preocupados apenas em ‘curar’ os surdos e não em educá-los.

A prática do oralismo foi reforçada no ano de 1892 no Congresso de Gênova, também realizado na Itália, tal apoio ao método oral puro teve alegação de que o uso da língua de sinais prejudicava o desenvolvimento da fala passando a aplicar diversas técnicas na tentativa de integrar a criança surda no mundo ouvinte no processo de ensino-aprendizagem por partir de uma perspectiva ouvinte (ZAMPIERI, 2006).

Neste período em que a língua de sinais perde força, o tradutor e intérprete é excluído do cenário corroborando com o descrito inicialmente quanto à ligação existente entre língua de sinais e o tradutor e intérprete que só volta ser percebido em meados de 1957 quando o pesquisador linguista Dr. Willian C. Stokoe, professor e chefe do Departamento de Inglês na Universidade Gallaudet, nos Estados Unidos, com base em seus estudos dá a língua de sinais um status linguístico provando que elas poderiam ser consideradas línguas naturais. (LODI, 2004).

Segundo Lacerda (1998) ao estudar as línguas de sinais, Stokoe encontra uma estrutura que se assemelhava a das línguas orais como fonemas e palavras podendo-se produzir um grande número de unidades com significados, isto é, sinais que poderiam ter significado de palavras, entre outras análises, esses estudos iniciais e outros que vieram após o pioneiro trabalho de Stokoe revelaram que as línguas de sinais são línguas naturais.

As pesquisas sobre línguas de sinais deram origem a novas propostas em relação à educação de surdos, e a perspectiva que ganhou impulso nos anos 70 foi a chamada Comunicação Total. A Comunicação Total é aquela que submete-se em defesa da utilização de todos os recursos disponíveis para estabelecer um contato efetivo com a pessoa surda ao passo que os surdos possam expressar-se nas modalidades preferidas (SÁ, 1999).

A comunicação total permitia a esse público o poder da utilização tanto das línguas de sinais usada pela comunidade surda quanto sinais gramaticais modificados e marcadores para elementos presentes na língua falada. Dessa forma, tudo o que é falado pode ser acompanhado por elementos visuais que o representam, o que facilitaria a aquisição da língua oral e posteriormente da leitura e da escrita (MOURA, 1993 apud LACERDA, 1998). A

contribuição da comunicação total como filosofia educacional e social no meio surdo favoreceu de maneira efetiva o contato com sinais, que eram proibidos pelo oralismo, e esse contato proporcionou que os surdos se dispusessem à aprendizagem das línguas de sinais.

A proposta da Comunicação Total serviu como uma espécie de ponte que deu ao tradutor e intérprete visibilidade novamente, já que na referida proposta qualquer forma de comunicação era aceita e os surdos voltaram a fazer uso da Língua de Sinais (LS) no espaço escolar, uma vez que “aqueles que se preocupavam com a educação do surdo buscam uma proposta a partir do uso da Língua de Sinais, respeitando a primeira língua deste sujeito” (ZAMPIERI, 2006. p.20)

O desenvolvimento das propostas de comunicação total nas décadas de 1980 e 1990 marcou o desenvolvimento da filosofia Bilíngue, que, a partir de então, popularizou-se pelo mundo. Estudos sobre línguas de sinais foram se tornando cada vez mais estruturados, segundo Lacerda (1998), e com eles foram surgindo também alternativas educacionais orientadas para uma educação bilíngue, que defende a ideia de que “a língua de sinais é a língua natural dos surdos, que, mesmo sem ouvir, podem desenvolver plenamente uma língua visogestual” (p. 1), estabelece ainda que o trabalho educacional deve ser feito em duas línguas, sendo a Língua de Sinais primeira língua (L1) e a língua da comunidade ouvinte local como segunda língua (L2). Nessa perspectiva, o tradutor e o intérprete de língua de sinais se tornam figuras essenciais no processo de comunicação e mediação entre as línguas envolvidas.

Uma das grandes conquistas foi o reconhecimento da Língua de Sinais Brasileira (Libras), “como meio legal de comunicação e expressão a Língua Brasileira de Sinais - Libras e outros recursos de expressão a ela associados” através da Lei Federal 10.436, de 24 de abril de 2002 (BRASIL, 2002), tal reconhecimento deu mais força para a atuação do tradutor e intérprete dessa língua, posteriormente, no ano de 2005 sua regulamentação por meio do decreto 5.626, em 22 de dezembro (BRASIL, 2005a), essas conquistas são resultantes das lutas e assegura garantias de acessibilidade ao público com deficiência auditiva e surdez, através: da inclusão da Libras como disciplina curricular, da formação do professor de Libras e do instrutor de Libras, do uso e da difusão da Libras e da Língua Portuguesa para o acesso das pessoas surdas à educação, da formação do tradutor e intérprete de Libras/Língua Portuguesa, da garantia do direito à educação das pessoas surdas ou com deficiência auditiva da garantia do direito à saúde das pessoas surdas ou com deficiência auditiva, o papel do

poder público e das empresas que detêm concessão ou permissão de serviços públicos, no apoio ao uso e difusão da Libras (BRASIL, 2005a).

As providências supracitadas já dispunham sobre a atuação do profissional tradutor e Intérprete de Libras, mas apenas no ano de 2010 a profissão foi regulamentada através da Lei nº 12.319, em 01 de setembro (BRASIL, 2010a), instituindo, o exercício da profissão, competência, formação e atribuições.

Esse contexto histórico dá base para o entendimento da evolução da atuação do profissional intérprete desde o inicial ambiente religioso até a inserção em demais contextos de atuação junto à comunidade surda e sua garantia de acessibilidade de comunicação e informação.

No que diz respeito à garantia de direitos, foi ainda reforçado com a promulgação da denominada Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência Lei Nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que foi “destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando a sua inclusão social e cidadania” (BRASIL, 2015). A acessibilidade para o público com deficiência auditiva e aos surdos deu-se principalmente através da comunicação e informação, assegurada pelas legislações supracitadas, dentre outras legislações, que aqui não foram especificadas, encontra-se o Decreto Legislativo nº 186/08, a Lei 10.098/00, a Lei 10.172/01, e o Decreto 3.298/99.

Essas garantias legais, além de assegurar ao surdo acessibilidade, dá mais visibilidade à atuação dos tradutores e intérpretes de Libras, que buscaram ao longo do tempo sua organização política, por meio de associações profissionais, atingindo representatividade nacional através da Federação Brasileira das Associações dos Profissionais Tradutores e Intérpretes e Guias-Intérpretes de Línguas de Sinais (FEBRAPILS), e na esfera internacional com a criação da WASLI - *World Association of Sign Language Intérpreters* (Associação Mundial de Intérpretes de Língua de Sinais), que foi criada durante o 14º Congresso Mundial da Federação Mundial de Surdos que aconteceu em Montreal, no Canadá (RUSSO, 2010). O engajamento político dos TILS em suas organizações é parte importante dos avanços obtidos pela categoria na última década, seja na formação como também na normatização da profissão.

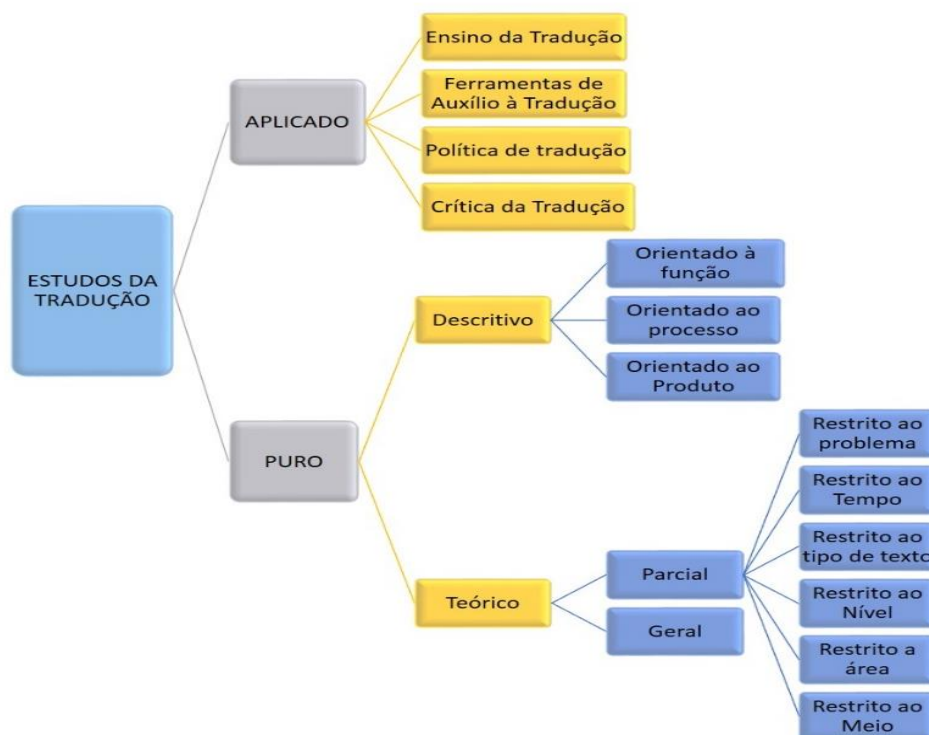
2. CONTEXTUALIZANDO OS ESTUDOS DA TRADUÇÃO E DA INTERPRETAÇÃO.

As atividades de tradução e interpretação existem desde o surgimento das línguas e do contato entre povos de línguas distintas. Ressalta-se a diferenciação entre as atividades de tradução e interpretação, até o século XI, aproximadamente, era chamado intérprete quem fazia tradução, tanto oral quanto escrita. A partir do século XII, começou a falar de intérprete como aquele que fazia tradução oral, e de tradutor como aquele que faz tradução escrita, definições que perpassam tais atividades até os dias atuais.

Tais práticas não estão relacionadas apenas às línguas orais, mas também às línguas de sinais que demandam tanto tradução, quanto interpretação. A dicotomia texto escrito e texto oral, ou sinalizado no caso das línguas de sinais, mostra o ponto central da diferenciação entre essas duas práticas, sendo que tradução parte do texto escrito, enquanto a interpretação tem como fonte a produção oral (e visual quando tratamos de Línguas de Sinais).

Até a segunda metade do século XX, as reflexões em forma de artigo acadêmico eram publicadas de forma aleatória, espalhadas em periódicos de campos disciplinares já estabelecidos (por exemplo, a Linguística Aplicada ou a Literatura comparada), ainda não constituindo um conjunto de conhecimentos agrupados num campo específico. O que faltava, então, até a segunda metade do século XX, era a constituição desse campo de estudos, que tem como objeto de investigação a tradução – aqui entendida em seu sentido mais amplo – como um campo disciplinar institucionalizado (PAGANO; VASCONCELLOS, 2003). Um pesquisador chamado James S. Holmes propôs em 1972, no 3º Congresso Internacional de Linguística Aplicada realizado em Copenhague, na Dinamarca, a criação de uma nova disciplina a qual foi chamada de Estudos da Tradução, sua proposta estava voltada para os problemas relacionados ao fenômeno da tradução como processo e como produto. Esse trabalho de Holmes – “*The name and nature of Translation Studies*” [O nome e a natureza dos Estudos da Tradução] – apresentado oralmente em 1972 – só chegou a ser publicado 16 (dezesesseis) anos depois, em 1988. Holmes (1988 apud Vasconcelos, 2010) estruturou o estudo da tradução a conforme ilustra a imagem 1, abaixo.

Figura 1: Visualização inspirada no mapeamento da disciplina *Translation Studies* sugerido por Holmes (1972, 1988)

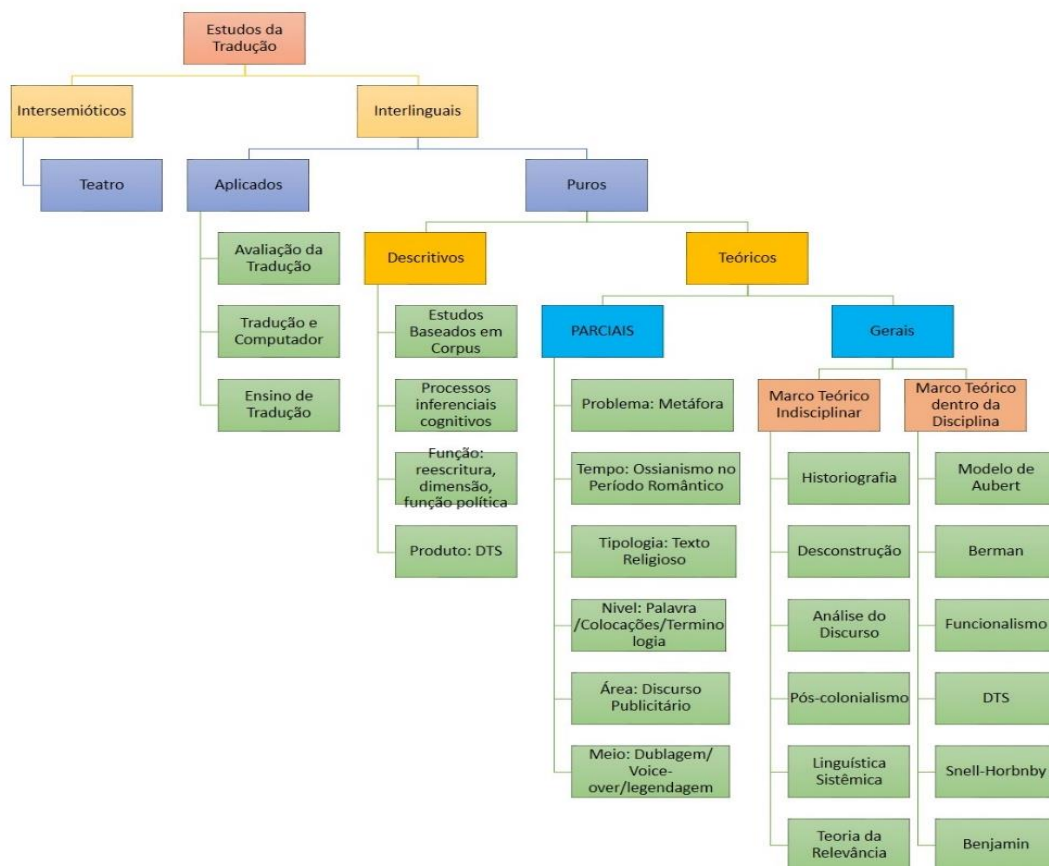


Fonte: Pagano; Vasconcelos (2003), redesenhado pela autora (2018).

Este mapeamento foi aceito como um arcabouço sólido para a organização das atividades na área, acredita-se que Holmes conseguiu capturar as mais tradicionais vertentes da pesquisa. Além disso, a distinção por ele proposta entre estudos aplicados (voltados para a prática) e estudos puros (ou seja, estudos teóricos e descritivos feitos sem preocupação com uma aplicação prática e direta) e suas divisões servem de norteamento para a pesquisa de tradução (PAGANO; VASCONCELOS, 2003). Segundo as autoras (*ibidem*) Holmes deixa claro que cada uma dessas ramificações fornecem materiais para as demais subáreas, mesmo sendo necessário que cada subárea dedique atenção às principais ramificações.

O trabalho de Holmes foi incluído na coletânea de textos considerados centrais da área, sendo uma evidência de seu reconhecimento como texto “fundacional”, pela comunidade científica, porém algumas décadas depois novos mapeamentos surgiram, representando novas possibilidades de subáreas de atuação e pesquisa. Pagano; Vasconcellos (2003) a partir de pesquisa em universidades públicas e particulares, mostraram novos desdobramentos que surgiram sob a denominação geral de “Estudos da Tradução”.

Figura 2: Mapeamento dos Estudos da Tradução no Brasil



Fonte: Pagano; Vasconcellos (2003) redesenhado pela autora (2018)

Segundo as autoras (*ibidem*), enquanto grande parte da pesquisa em tradução no Brasil na década estudada enquadra-se no arcabouço proposto por Holmes, uma significativa porção ultrapassa o desenho original. No mapeamento brasileiro (figura 2), elaborado pelas mesmas surgiram novos estudos, por exemplo, os Estudos Intersemióticos e Estudos Baseados em corpus eletrônico. No ramo aplicado dessa disciplina surgiram estudos como ‘Tradução e computador’, subáreas não previstas por Holmes, que decorrente a partir do desenvolvimento tecnológico. Vasconcellos (2010) destaca que os estudos de Interpretação não se fizeram presentes no mapeamento de 2003.

Novas propostas do campo disciplinar foram sugeridas, em resposta às novas configurações da pesquisa em Estudos da Tradução, conforme pode ser observado na figura 3, na qual Williams & Chesterman (2002 apud Pagano e Vasconcellos, 2003) apresentam um novo mapeamento em seu livro “*The Map*” (O Mapa).

Figura 3: Mapeamento dos Estudos da Tradução de Williams & Chesterman (2002)



Fonte: Pagano ; Vasconcellos (2003)

O mapeamento de Williams & Chesterman é dividido em 12 (doze) áreas, que já contemplam a área da interpretação, segundo Vasconcelos (2010), agora estabelecida e consolidada no campo disciplinar Estudos da Tradução. A autora supracitada faz observação na área 9– Interpretação – que os autores (de sua pesquisa) “agrupam os diferentes tipos de interpretação em tópicos; um deles – Tipos Especiais de Interpretação – é interpretação de línguas de sinais e interpretação para surdos” (p. 128), explica ainda sobre os novos interesses emergentes no interior do campo disciplinar Estudos da Tradução em uma rápida visita a uma das consideradas mais importante editora de obras vinculadas aos Estudos da Tradução no mundo ocidental. As várias áreas apresentadas no sítio da St. Jerome Publishing são listadas a seguir, em tradução proposta por Vasconcelos (2010), para o português brasileiro, ressaltando neste a Interpretação de Línguas Sinalizadas (“*signed languages*”), ramo que passa a constituir uma subárea do campo disciplinar na atualidade.

1. Tradução Multimídia e Audiovisual; 2. Tradução Religiosa e Bíblica; 3. Bibliografias; 4. Interpretação para a Comunidade/ Interpretação de Diálogo/ Interpretação para Serviço Público; 5. Interpretação Simultânea e de Conferência; 6. Estudos Comparativos e Contrastivos; 7. Estudos Baseados em Corpus; 8. Interpretação Legal e Jurídica; 9. Avaliação /Qualidade /Avaliação /Testes; 10. História da Tradução e Interpretação 11. Estudos Inter-Culturais; 12. Estudos de Interpretação; 13. Tradução Literária; 14. Tradução (auxiliada) por Computador; 15. Trabalhos de Múltiplas Categorias; 16. Estudos Orientados ao Processo; 17.

Metodologia de Pesquisa; 18. Interpretação de Línguas Sinalizadas; 19. Tradução Técnica e Especializada; 20. Terminologia e Lexicografia; 21. Gênero e Tradução; 22. Tradução e Ensino de Línguas 23.; Tradução e Política 24. Tradução e a Indústria da Língua; 25. Políticas de Tradução; 26. Teoria de Tradução; 27. Formação de Tradutor e Intérprete. (VASCONCELLOS, 2010 p. 130)

A partir da observação desta lista, é possível verificar que os desdobramentos atuais dos ramos dos Estudos da Tradução cobrem um repertório mais amplo de interesses disciplinares e refletem desenvolvimentos recentes, que estão para além das áreas mais tradicionais de pesquisa mencionadas por Holmes (1972; 1988), entre eles os estudos da interpretação e da interpretação de línguas de sinais.

Seja nos campos de estudos da tradução ou da interpretação, tais atividades vão além de um ato técnico, Rigo (2003) esclarece que é necessário sensibilidade à cultura e identidade do povo das línguas envolvidas, em que o tradutor torna-se um mediador cultural responsável pelo contato dos pares linguísticos e tratando-se das línguas de sinais as práticas de tradução e interpretação entre a língua oral e a língua sinalizada apresentam características diferentes, uma vez que envolve duas modalidades diferentes, enquanto as línguas orais apresentam-se na modalidade oral-auditiva, as línguas de sinais são produzidas na modalidade viso-espacial. O tradutor ou intérprete, que trabalha com este par linguístico é a figura mais representativa deste processo, no entanto, enfrenta diversas dificuldades ao colocar de maneira espacial a gramática da língua preservando a naturalidade das colocações e garantindo a fidelidade de sentido necessária ao trabalho proposto.

2.1. O campo da tradução e interpretação em línguas de sinais.

O histórico da trajetória da profissão tradutor e intérprete da Língua de Sinais no Brasil é marcada por pesquisas que apontam, principalmente relatos mostrando o início de sua atuação (LACERDA, 2000; 2002; QUADROS, 2004; PIRES & NOBRE, 2004). Esta atuação, acontecia inicialmente em ambientes religiosos ou em contato pessoal com o público surdo em suas comunidades. Segundo Quadros (2004) a história da constituição deste profissional se deu “a partir de atividades voluntárias que foram sendo valorizadas enquanto atividades laborais na medida em que os surdos foram conquistando o seu exercício de cidadania”.

Esse fato decorre posterior à determinada concepção hegemônica de educação de surdos: o Oralismo, período em que aconteceu a proibição do uso de sinais e as pessoas surdas eram educadas para aprender a usar as línguas orais como primeira língua.

A atuação do tradutor e intérprete acontecia, em sua maioria, de maneira voluntária, estas pessoas eram profissionais de outras áreas de conhecimento que adquiriram em geral nos espaços religiosos um conhecimento da Língua de Sinais por terem uma ideia voltada para a necessidade dos surdos também serem “catequizados”. Rodríguez (2001 apud Santos 2006) explica que as concepções acerca do trabalho e do papel dos surdos na sociedade teve maior visibilidade em decorrência da revolução industrial, ocorrida nos séculos XVIII e que se expandiu pelo século XIX e XX. A fim de evitar o isolamento dos surdos, segundo a autora as instituições com fins religiosos, educativos, sociais e de ajuda em geral, ofereciam serviços para a comunidade surda, fazendo com que as pessoas mais próximas, que mantinham maior contato, ou parentes assumissem o papel de mediadores de comunicação.

Aos poucos o grupo voluntário de ouvintes também passou a atuar na acessibilidade de comunicação em serviços pessoais dos surdos, tais como: idas a médicos, audiências judiciais, bem como no ambiente educacional, haja vista que não haviam pessoas com formação específica para atuação nesta área. Podemos dizer que este foi um dos pontapés iniciais para a preocupação com a formação dos profissionais intérpretes e acessibilidade comunicacional e informacional.

A partir das regulamentações linguísticas e garantia de direitos específicos para os surdos, o profissional tradutor e intérprete foi ganhando espaço de atuação, Santos (2012) esclarece que os intérpretes de língua de sinais no Brasil perceberam esses acontecimentos como um grande avanço para a época, pois o reconhecimento e avanços linguísticos da língua da comunidade surda vinham sendo significativos, “era sinal que seria necessário pessoas que soubessem intermediar a comunicação entre surdos e ouvintes” (p. 4). Um novo desafio surgia, o contexto educacional, no qual os profissionais ainda atuavam de forma voluntária, e tiveram seus primeiros contratos como profissionais da Língua de Sinais à medida que as Instituições de ensino abriam suas portas para receber uma comunidade linguisticamente diferenciada.

A publicação de Quadros (2004) intitulada “O tradutor e intérprete de Língua brasileira de Sinais e Língua Portuguesa”, descreve traços da história da profissão do tradutor e intérprete de Língua de Sinais no Brasil, explana que estas são demarcadas junto às lutas da comunidade surda e aos primeiros estudos linguísticos em Língua Brasileira de Sinais - Libras, que iniciaram a partir da década de 1980³. A partir daí a realização do I Encontro Nacional de Intérpretes de Língua de Sinais, organizado pela Federação Nacional de

³ Segundo dados históricos da FENEIS, o termo Libras foi criado no ano de 1987.

Educação e Integração dos Surdos – FENEIS, no ano de 1988, que teve como um de seus objetivos promover o intercâmbio entre alguns intérpretes do Brasil, e também os primeiros passos para avaliação sobre a ética do profissional intérprete. Posterior a esse evento, outros advieram, em âmbito nacional e estaduais com discussões sobre a regulamentação linguística dos surdos e atuação dos profissionais tradutores e intérpretes junto à comunidade surda no sentido de prestar-lhes acessibilidade de comunicação e informação.

Os movimentos em atenção aos direitos humanos e contra instituições segregacionistas, iniciados a partir das décadas de 1960 e 1970, e as publicações de documentos que visam a inclusão social e de pessoas com deficiência – Convenção sobre os direitos das crianças (1988), Declaração mundial sobre a educação para todos (1990), Declaração de Salamanca (1994) – contribuíram para direcionar as novas políticas de educação de surdos.

Santos (2012) esclarece os questionamentos do porquê do aparecimento do intérprete de língua de sinais em meio à educação brasileira somente na década de 1990, e justifica segundo a Política Nacional de Educação Especial de 1994:

Uma das razões são os fatores políticos, econômicos e axiológicos que perduravam na educação de pessoas com necessidades especiais no Brasil até a década de 1980, pois se pensava em um padrão muito integralista de educação, justificando que a presença do intérprete de surdos era desnecessária (SANTOS, 2012 p. 6).

O autor lembra ainda que com o acesso dos surdos aos cursos universitários, em meados da década de 1990, os movimentos de associações e federações de intérpretes de Libras no Brasil emergiram com grande força, sendo os primeiros passos para a legalização dos direitos desse público.

Os decorrentes fatos auxiliaram para uma maior notabilidade deste “profissional” que apesar de já atuar em diversos contextos, ainda não possuía uma formação e regulamentação necessárias para tal exercício, o que levou, a partir da legalização da Libras (Lei 10.436/2002), sua regulamentação por meio do Decreto 5.626/05 (BRASIL, 2005a), onde a garantia de direitos para promoção da acessibilidade de comunicação e informação foi instituída em diversos contextos, assim como a formação do tradutor e intérprete de Libras/Língua Portuguesa.

A criação, de uma prova de proficiência em LIBRAS (PROLIBRAS), também foi instituída no decreto supracitado, com o objetivo de avaliar a proficiência dos profissionais. O decreto estabeleceu um prazo de 10 anos, a contar da data da sua publicação, viabilizando por

meio de exames de âmbito nacional, a certificação de proficiência no uso e ensino da Libras e também proficiência na tradução e interpretação da Libras (BRASIL, 2010b). Por meio desta prova os profissionais seriam certificados para atuarem profissionalmente nos diversos contextos de atuação que fossem necessários para promoção da acessibilidade de comunicação e informação. Este prazo também foi instituído com o objetivo de que as Universidades e Instituições de Ensino Superior pudessem alocar em seu quadro de funcionários este profissional, bem como para que houvesse tempo hábil para criação de seus próprios cursos de licenciatura e bacharelado em Letras Libras.

Os TILS em todo o país conseguiram se organizar em associações regionais, a partir de 2008, criando em seguida a Federação Brasileira das Associações dos Profissionais Tradutores e Intérpretes e guias-intérpretes de Línguas de Sinais – FEBRAPILS, com representatividade junto ao *World Association of Sign Language Intérpreters* - WASLI, órgão internacional que representa TILS do mundo todo (LACERDA, 2015). Somente em 2010 o exercício da profissão de tradutor intérprete de Libras (TILS) foi efetivamente regulamentada, através da promulgação da Lei 12.319, de 01 de setembro de 2010 (BRASIL, 2010a), dando diretrizes para o exercício da função, assim como atuação, formação e competências.

A Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, Lei nº 13.146/2015 (BRASIL, 2015), a mais recente legislação, que reforça legislações anteriores e dá novos “rumos” de acessibilidade, trata sobre todas as deficiências e suas especificidades norteando a promoção de acessibilidade para cada público, enfatiza também a atuação e formação do profissional tradutor e intérprete de Libras, destacado em seu capítulo IX na garantia de direito à educação, neste capítulo trata-se ainda sobre a formação necessária para atuação do TILS.

Ao intérprete de Libras, cabe a capacidade de fazer ações interpretativas em tempo real (simultânea) ou com pequenos espaços de tempos (consecutiva) de uma língua oral para uma Língua de Sinais e vice-versa. As ações deste profissional perpassam por duas modalidades: tradução e interpretação.

O interpretar envolve um ato COGNITIVO-LINGÜÍSTICO ou seja, é um processo em que o intérprete estará diante de pessoas que apresentam intenções comunicativas específicas e que utilizam línguas diferentes (QUADROS, 2004 p.27).

As atividades de tradução e interpretação são distintas, apesar de ambas promoverem relações de comunicação, segundo Lacerda (2015) para alguns autores os termos tradução e interpretação se complementam, e em certa medida remetem à mesma tarefa:

Versar os conteúdos de uma dada língua para outra, buscando trazer nesse processo os sentidos pretendidos, sem que eles se percam ou que sejam distorcidos no percurso. Advogam que o mais importante não é se ater às palavras – a chamada tradução literal – mas que é fundamental se ater aos sentidos pretendidos pelo locutor/enunciador na língua de origem e trabalhar para que esses sentidos cheguem para o outro na língua alvo (LACERDA, 2015 p. 14).

Já outros autores, citados por Lacerda (2015), defendem outra ideia, em que tradução e interpretação são tarefas distintas:

Traduzir estaria ligado à tarefa de versar de uma língua para outra trabalhando com textos escritos. Desse modo, o tradutor teria tempo para ler, para refletir sobre as palavras utilizadas e os sentidos pretendidos, e ao traduzir para a língua alvo, poderia consultar dicionários, livros, pessoas na busca de trazer os sentidos pretendidos do modo mais adequado. Já interpretar está ligado à tarefa de versar de uma língua para outra nas relações interpessoais, trabalhando na simultaneidade, no curto espaço de tempo entre o ato de enunciar e o ato de dar acesso ao outro àquilo que foi enunciado (LACERDA, 2015 p. 14).

Ambas as atividades fazem parte das atribuições do profissional tradutor e intérprete de Libras, e requerem habilidades específicas independente do par linguístico envolvido. Porém, destacamos que a maior demanda de atuação é para a atividade de interpretação, considerando que a interação é imediata entre os participantes do processo comunicativo, surdos e ouvintes, e suas escolhas são feitas imediatamente às produções linguísticas. Um dos pontos mais importantes para uma boa dinâmica de interpretação é a formação deste profissional, pois o trabalho do intérprete de LIBRAS fundamenta-se em uma busca pela equivalência entre as modalidades linguísticas, orais e visuais e somente o conhecimento de um vocabulário não se faz necessário. Muitos acreditam que a fluência em Libras seja suficiente para a atuação deste profissional, há ainda quem acredite que além da fluência seja necessário conhecimento gramatical, ou mesmo confundem a formação de intérprete com professor de Libras (*ibidem*).

Para ser intérprete é necessário amplo domínio de pelo menos duas línguas: a língua de origem e a língua alvo – Libras e Português -, mas esse domínio não se refere apenas à fluência, refere-se fortemente a um conhecimento da polissemia da língua, da diversidade de sentidos e possibilidades, de temáticas e aspectos da cultura que perpassam cada uma das línguas, já que a tarefa de interpretar implica não apenas verter palavras/signos de uma língua para outra, mas verter sentidos/significados estruturados linguisticamente na língua alvo (LACERDA, 2015 p. 31).

Com base no exposto reconhecemos que as habilidades de interpretação são necessárias em todos os contextos de atuação, sendo necessário ao profissional intérprete, o

domínio de técnicas de interpretação, estratégias linguísticas, e o uso e domínio das línguas envolvidas (língua fonte e língua alvo). Assim, os espaços de atuação deste profissional são constituídos a partir da participação da comunidade surda nas mais diversas atividades, podendo ser em atividades informativas como eventos acadêmicos, tribunais, mídia; ou de acompanhamento em consultórios médicos, delegacias, escolas, cartórios, etc.

Um dos contextos de maior atuação do intérprete de Libras é o contexto educacional, no qual o profissional atua principalmente em sala de aula, mas também media a comunicação em outros espaços dentro desse contexto. Dependendo do nível de ensino, podendo ser da educação básica ao ensino superior e pós-graduações, os espaços para atuação são diversos, como sala de aula, eventos, palestras, reuniões e informativos, relação entre direção e/ou coordenação com os surdos.

3. AÇÕES AFIRMATIVAS NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ: A COACCESS NA PROMOÇÃO DE ACESSIBILIDADE DE COMUNICAÇÃO E INFORMAÇÃO.

A Universidade Federal do Pará (UFPA) criada pela Lei nº 3.191, de 2 de julho de 1957, sancionada pelo Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira, e após reforma estatutária reestruturada pela Lei nº 4.283, de 18 de novembro de 1963, atualmente está implantada em 12 (doze) *campi*, em sua totalidade constituída por 14 (quatorze) institutos, 7 (sete) núcleos, 36 (trinta e seis) bibliotecas universitárias, 2 (dois) hospitais universitários, uma escola de aplicação, sendo a partir dessa estrutura, considerada a maior universidade pública da Amazônia. A sede da UFPA está localizada na capital paraense, Belém do Pará (PA). Segundo o Anuário Estatístico de 2017, ano base 2016, elaborado pela Pró-reitora de Planejamento e Desenvolvimento Institucional (Proplan), o ensino de graduação alcançou a marca de 40.310 mil estudantes; a pós-graduação, em torno de 9.125 estudantes⁴; o ensino fundamental e médio, 1.133 alunos. Há, ainda, 5.992 estudantes matriculados em cursos de ensino técnico e cursos livres das Escolas de Música, Teatro e Dança e de Línguas Estrangeiras e da Casa de Estudos Germânicos (UFPA, 2017a).

Do final de 1968 ao início de 1969, uma série de diplomas legais, destacando-se as Leis nº 5.539 e 5.540/68, estabeleceu novos critérios para o funcionamento das Universidades, entre estes, em 16 dezembro de 1969 foi aprovado o novo plano de reestruturação da Universidade Federal do Pará através do Decreto nº 65.880, de 1969. Um dos elementos essenciais desse plano foi a criação dos Centros, com a extinção das Faculdades existentes e a definição das funções dos Departamentos.

Em 2 de setembro de 1970, o Conselho Federal de Educação aprovou o Regimento Geral da Universidade Federal do Pará, através da Portaria nº 1.307/70. Uma revisão regimental foi procedida em 1976/1977, visando atender disposições legais supervenientes, o que gerou um novo Regimento, que foi aprovado pelo Conselho Federal de Educação através do Parecer nº 1.854/77 e publicado no Diário Oficial da União, em 18 de julho de 1978. No exercício de 1985, o Regimento da Reitoria foi reformulado, após aprovação da Resolução nº 549, do Conselho Universitário, em 9 de dezembro de 1985, passando a vigorar até a presente data.

⁴ Possui 4.156 alunos matriculados no mestrado; e 2.166, no doutorado. São 183 cursos, distribuídos por 45 especializações, 55 mestrados acadêmicos e 19 mestrados profissionais e 39 Doutorados, tendo também programas de mestrados e doutorados distribuídos pelos *campi* do interior do Estado.

Atualmente, a Universidade Federal do Pará é uma instituição federal de ensino superior, organizada sob a forma de autarquia, vinculada ao Ministério da Educação (MEC), através da Secretaria de Ensino Superior (SESu). A UFPA visa a integração das funções de ensino, pesquisa e extensão, tendo como princípios:

Art. 2º São princípios da UFPA: I - a universalização do conhecimento; II - o respeito à ética e à diversidade étnica, cultural e biológica; III - o pluralismo de idéias e de pensamento; IV - o ensino público e gratuito; V - a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão; VI - a flexibilidade de métodos, critérios e procedimentos acadêmicos; VII - a excelência acadêmica; VIII - a defesa dos direitos humanos e a preservação do meio ambiente (UFPA, 2006 p. 4).

E fins:

Art. 3º São fins da UFPA: I - estimular a criação cultural e o desenvolvimento do pensamento crítico e reflexivo, de forma a gerar, sistematizar, aplicar e difundir o conhecimento em suas várias formas de expressão e campos de investigação científica, cultural e tecnológica; II - formar e qualificar continuamente profissionais nas diversas áreas do conhecimento, zelando pela sua formação humanística e ética, de modo a contribuir para o pleno exercício da cidadania, a promoção do bem público e a melhoria da qualidade de vida, particularmente do amazônida; 5 III - cooperar para o desenvolvimento regional, nacional e internacional, firmando-se como suporte técnico e científico de excelência no atendimento de serviços de interesse comunitário e das demandas sóciopolíticoculturais para uma Amazônia economicamente viável, ambientalmente segura e socialmente justa. (UFPA, 2006 p. 4)

A UFPA, participa ativamente das discussões sociais de diversas temáticas, entre elas destacamos a inclusão social que tem como objetivo superar anos de exclusão de grupos minoritários na sociedade, e principalmente na escola. A partir de políticas do MEC, as instituições de ensino superior se organizaram no sentido de implementar políticas de ações afirmativas que garantam às populações em situações de vulnerabilidade social, indígenas, quilombolas e pessoas com Deficiência (PcD) a inclusão nesse nível de ensino.

Uma dessas ações afirmativas foi a implementação do sistema de cotas, essa política delibera sobre o aspecto de dar condições, às populações marginalizadas, o acesso à universidade. Souza; Lima; Gonçalves (2017) elucidam a respeito da implementação deste sistema na UFPA, visando garantir o acesso ao ensino superior. Esta política foi implementada a partir do ano de 2006 passando a destinar 50% do total de vagas ofertadas no Processo Seletivo aos candidatos que cursaram todo o ensino médio em escolas da rede pública. Desse percentual, 40% passaram a ser destinadas àqueles autodeclarados negros ou afrodescendentes e que fizeram a opção pelo sistema de cotas (Resolução CONSEPE nº 3361/2005). Em 2010, essas ações foram ampliadas com o acréscimo de duas vagas, em cada curso, exclusivamente para os indígenas, o processo de seleção para esse público acontecia de

maneira diferenciada (Resolução CONSEPE nº 3869/2009). No ano de 2011, as Pessoas com deficiência (PcD) também foram contemplados com a reserva de uma vaga, por acréscimo, nos cursos de graduação desta instituição, ofertadas no Processo seletivo anual (Resolução CONSEPE nº 3883/2009). Essa reserva de vagas ficou denominada dentro da política de inclusão da UFPA como “cota PcD”.

Com a implementação da cota PcD, o ingresso de estudantes com deficiência consolidou-se e mostrou-se gradativo, de modo que a cada ano passou a demandar a necessidade da implementação de garantias e programas de permanência desse público no ensino superior. De acordo com os dados do Centro de registros e indicadores acadêmicos (CIAC) da UFPA, anterior a essa política, estima-se que a universidade obteve em seu quadro de matriculados cerca de 20 alunos PcD's entre os anos de 2005 a 2009. Após a implementação dessa política ao considerarmos o período de 2011 até 2017, a UFPA aprovou em torno de 460 pessoas com deficiência (UFPA, 2017a apud Souza; Lima; Gonçalves, 2017).

A partir dessa demanda e no sentido de assegurar as garantias às condições necessárias de acessibilidade para esse público, a Universidade Federal do Pará no ano de 2012 implementou o Programa Institucional de Inclusão Social, a partir do Programa de Acessibilidade na Educação Superior – Incluir⁵, do Ministério da Educação, que propunha ações de garantia ao acesso pleno de pessoas com deficiência às instituições federais de ensino superior, consolidando o Núcleo de Inclusão Social – NIS, a saber esta política afirmativa estava prevista como parte integrante do Plano Institucional de Desenvolvimento (PDI) da UFPA, para o período de 2012-2015. Este núcleo estava sendo coordenado pela Pró-reitoria de Ensino de Graduação (PROEG), até o ano de 2016. Posteriormente, no ano de 2017, a partir de uma reorganização estrutural da Universidade, que passou a assumir um novo organograma, o NIS passou a fazer parte da Superintendência de Assistência Estudantil (SAEST) - aprovada pela resolução do Conselho Universitário (Consun) nº 762 de 20 de outubro de 2017 - sendo denominado como Coordenadoria de Acessibilidade (CoAcess).

Atualmente a CoAcess faz o atendimento e garante a acessibilidade das pessoas público alvo da educação especial durante o seu processo de formação no ensino superior e da pós graduação, assim como servidores técnicos e docentes desta instituição de ensino. Para dar conta das demandas, a CoAcess se organizou em 4 equipes técnicas especializadas que

5 O Incluir tem como principal objetivo fomentar a criação e a consolidação de núcleos de acessibilidade nas Instituições federais de ensino, os quais respondem pela organização de ações institucionais que garantam a integração de pessoas com deficiência à vida acadêmica, eliminando barreiras comportamentais, pedagógicas, arquitetônicas e de comunicação. (BRASIL,2013)

contam com profissionais com formação nas áreas específicas, assim descritas: Equipe técnica especializada na área da deficiência auditiva e surdez; Equipe técnica especializada na área dos transtornos globais do desenvolvimento e específicos; Equipe técnica especializada na área da deficiência física e múltipla; e Equipe técnica especializada na área da deficiência visual.

A universidade, por meio da CoAcess acompanha o ingresso dos alunos PcD, por meio dos dados de habilitação⁶ disponibilizados pelo CIAC, esses dados são analisados pela secretaria da CoAcess, e posteriormente distribuídos entre as equipes técnicas especializadas que fazem o atendimento individualizado de cada aluno a fim de conhecer suas especificidades de atendimento. Após esse levantamento e triagem do aluno PcD, as informações como o número e deficiência são disponibilizadas para os institutos e faculdades nos quais esses alunos estarão vinculados. Após a apresentação dessas informações a CoAcess passa a desenvolver ações de formação pedagógica aos professores que trabalharão com o aluno PcD.

A equipe técnica especializada da área de deficiência auditiva e Surdez atende diretamente as pessoas com deficiência auditiva e surdos, realiza o processo acima descrito, recebendo os alunos e dando-lhes orientações pedagógicas.

O público surdo é um grupo diferenciado linguisticamente, que necessita de uma garantia imediata de acessibilidade de comunicação e informação, esta acessibilidade dá-se através da atuação do profissional tradutor e intérprete de Libras, que para Lacerda (2015) é quem possibilita a comunicação entre surdo e ouvinte, devendo dominar as línguas envolvidas no processo de comunicação, neste caso o par linguístico Libras/Língua Portuguesa.

Segundo o Decreto 5.626/05 (BRASIL, 2005a) em seu artigo 2º:

Considera-se pessoa surda aquela que, por ter perda auditiva, compreende e interage com o mundo por meio de experiências visuais, manifestando sua cultura principalmente pelo uso da Língua Brasileira de Sinais - Libras. As pessoas com deficiência auditiva passam a ser àquelas que tem perda bilateral, parcial ou total, de quarenta e um decibéis (dB) ou mais, aferida por audiograma nas frequências de 500Hz, 1.000Hz, 2.000Hz e 3.000Hz, e que em sua maioria faz uso da leitura labial (BRASIL, 2005a).

Para todo esse público, pessoas com deficiência auditiva e surdos, o acesso à universidade não é o bastante, faz-se necessárias criar estratégias e assegurar as políticas de acessibilidade no sentido de favorecer a permanência destes alunos no ensino superior, assim

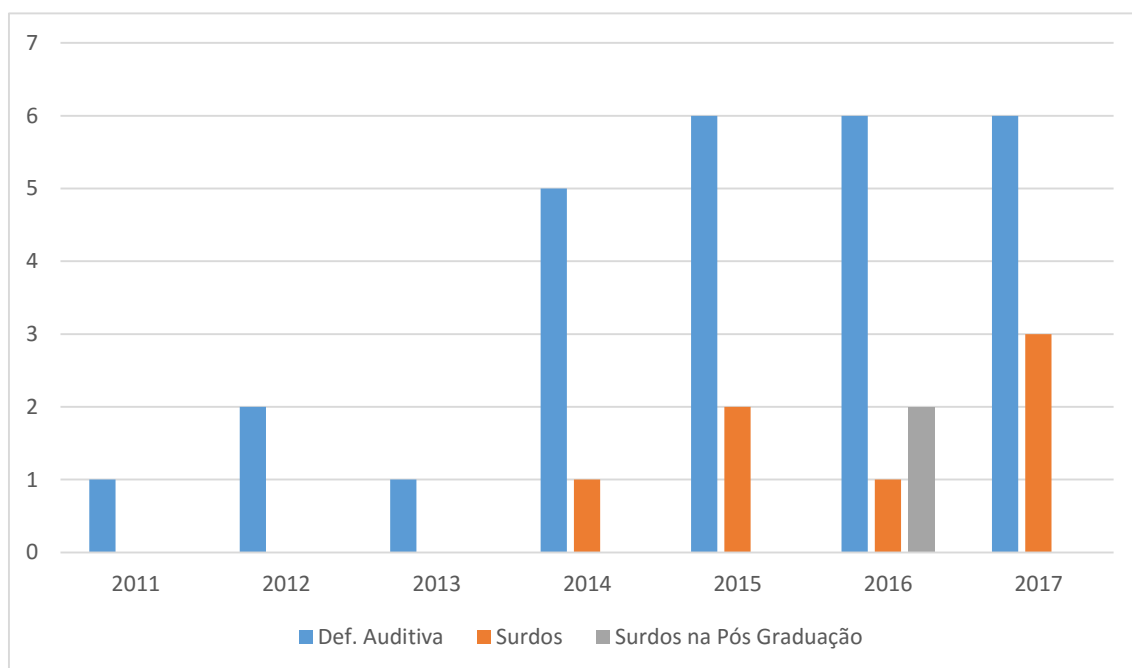
⁶ O processo de habilitação dá-se por entrega de documentos necessários e efetivação do vínculo institucional.

como dar condições para conclusão com sucesso de seu curso. A UFPA, por meio da CoAcess, dentro da equipe especializada disponibiliza bolsistas que colaboram na produção de materiais acessíveis, assim como profissionais que atuam diretamente na promoção da acessibilidade.

A partir das políticas de ingresso de alunos PcD, a entrada e permanência estudantes com deficiência auditiva e estudantes surdos nesta universidade tem garantido crescimento, é realizado acompanhamento e contato direto, avaliando o quantitativo de ingressantes tanto nos cursos de graduação como também de Pós-Graduação.

O gráfico 1, abaixo, registra o crescimento no número de alunos com deficiência auditiva e surdos que ingressaram na universidade no período de 2011 à 2017.

Gráfico 1: Quantitativo de alunos por ano de Ingresso dos alunos 2011-2017



Fonte: UFPA, 2017b

Conforme pode se observar no gráfico 1, entre as categorias apresentadas o maior quantitativo é o de alunos com deficiência auditiva, os alunos com deficiência auditiva somavam 27, ao final do ano de 2017, dos quais 03 (três) destes alunos já haviam concluído o curso durante a realização desta pesquisa. Os alunos Surdos, em sua maioria, estão matriculados no campus, da sede, em Belém, estando distribuídos nos seguintes cursos:

Licenciatura em Letras Libras/LP-L2⁷ (2 estudantes), Licenciatura em Química⁸ (1 estudante), Licenciatura em Dança (1 estudante), Bacharelado em Odontologia (1 estudante), Mestrado em Ensino de Ciências e Matemática (2 estudantes); Já nos campi do interior estão matriculados no Campus de Castanhal, no curso de Educação Física (1 estudante); e no campus de Abaetetuba, curso de Pedagogia (2 estudantes) (UFPA, 2017a).

Segundo Souza; Lima; Gonçalves (2017) quando o aluno ingressa na universidade, acontece a triagem inicial através de entrevista individualizada a fim de conhecer as suas necessidades específicas. Aqueles estudantes que não são usuários da Libras, em sua maioria, não solicitam apoio e acompanhamento durante as aulas, mas para que os mesmos tenham seus direitos de acessibilidade garantidos, são realizadas formações e orientações pedagógicas nos institutos e cursos em que estudam/estudarão, além de outras ações de acessibilidade que levam em consideração as necessidades de cada aluno.

Aos alunos surdos, usuários da Libras, além da entrevista inicial e das formações e orientações pedagógicas frequentemente realizadas, são desenvolvidas formações que adotam metodologias que respeitem sua cultura, o direito ao profissional tradutor e intérprete e a garantia dos serviços realizados por esse profissional.

3.1. Primeiros passos do tradutor e intérprete de Libras na Universidade Federal do Pará.

A garantia legal de promoção de acessibilidade de comunicação e informação (BRASIL, 2002; 2005a; 2015) através do Tradutor e Intérprete de Libras, fez com que os espaços públicos e privados se adequassem promovendo também a interação e inclusão dos surdos em todos os espaços e níveis sociais. Dentre estes espaços está a Universidade Federal do Pará (UFPA), que tem buscado garantir esse direito para acadêmicos, professores e comunidade em geral.

A partir da garantia legal de acessibilidade e a crescente demanda do ingresso do público surdo na Universidade Federal do Pará (conforme apontado no gráfico 1), atentou-se para a necessidade de realização de concurso público a fim de tornar efetivos os profissionais tradutores e intérpretes de Libras, o cargo em nível técnico-especializado, categoria D, legalizado no Plano de Cargos e Carreiras – PCCR, com a nomenclatura “Tradutor e Intérprete de Linguagem de Sinais” (BRASIL, 2005b). Atendendo a essa demanda foi

⁷ Curso de Licenciatura em Letras Libras / Língua Portuguesa como segunda língua para surdos da UFPA

⁸ Esta aluna ingressou no ano de 2011 como deficiência auditiva, não usuária da Libras. Com histórico de constantes reprovações optou por trancar o curso e retornou no ano de 2014 usuária da Libras, passando atualmente a ser considerada como aluna surda.

realizado, então, a fim de provimento de cargos técnico administrativos em educação através do edital nº 127/2013 (UFPA, 2013), o primeiro concurso da universidade para a vagas de “Tradutor e Intérprete de Línguas de Sinais”, para esse certame foi ofertado 4 (quatro) vagas para o campus da sede, Belém; e 1 (uma) vaga para o campus Castanhal. Neste certame, apenas 03 (três) candidatos foram aprovados, destes, apenas 02 (dois) se efetivaram, sendo lotados no campus Belém⁹, já para o Campus Castanhal não houve aprovados.

A demanda do profissional tradutor interprete era crescente, não apenas para promoção da acessibilidade de alunos, mas também aos professores surdos, usuários da Libras, que a partir de 2012¹⁰ passaram a compor o quadro de docentes da universidade. Até o final do ano de 2017 o quadro era composto por 5 (cinco) professores Surdos efetivos e 1 (um) professor temporário substituto, todos usuários da Libras. O quantitativo de ingresso de professores pode ser melhor observado na tabela 1, abaixo, na qual fazemos a relação do número de professores por ano de ingresso:

Tabela 1: Quantitativo de professores surdos da UFPA por ano de ingresso

Ano de ingresso	Número de Professores Efetivos	Número de Professores Temporários
2012	1	-
2014	4	-
2015	-	-
2016	-	-
2017	-	1
Total	5	1

Fonte: Souza; Lima; Gonçalves (2017)

Com a crescente demanda tanto em relação ao número de alunos, como também de professores, no ano de 2015 foi realizado o segundo concurso para o cargo de “Tradutor e Intérprete de Linguagem de Sinais” (BRASIL, 2005b), foi efetivado no ano de 2015 para atender o quadro de vagas que, inicialmente, não atendia a demanda. O novo concurso, foi

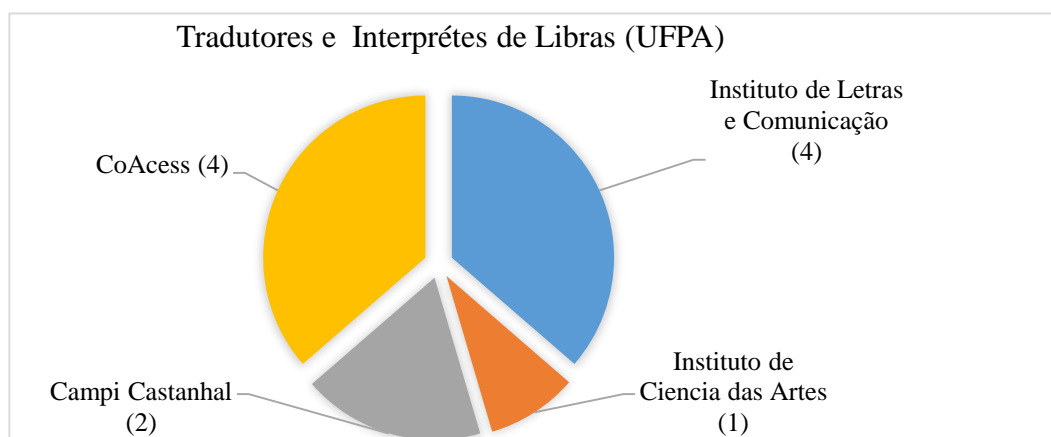
⁹ Estes foram lotados no Instituto de Letras e Comunicação para atender a demanda emergencial do Curso de Letras Libras /LP como L2 a fim de garantir acessibilidade aos professores e aluna surda.

¹⁰ Anterior à realização dos concursos público os profissionais tradutores e intérpretes eram contratados.

regido pelo edital nº 72/2015 (UFPA, 2015) para o provimento de cargos técnico administrativos em educação, sendo disponibilizados 3 (três) vagas para o campus Belém e 1 (uma) vaga para o Campus Castanhal - nesse concurso foram classificados 13 (treze) TILS para Belém e 03 (três) para Castanhal.

Em virtude da demanda, a UFPA convocou um número de profissionais aprovados, superior ao quantitativo estabelecido em edital. Diante disso, o quadro de intérpretes na instituição ao final do ano de 2017¹¹ está distribuído conforme pode-se observar no gráfico 2, abaixo:

Gráfico 2: Lotação e distribuição dos tradutores intérpretes efetivos de Libras na UFPA ao final do ano de 2017.



Fonte: UFPA, 2017c

Como descrito no gráfico 2, a equipe técnica especializada da área de deficiência auditiva e surdez da CoAccess, ao final do ano de 2017, conta com a lotação de 04 (quatro)¹² tradutores intérpretes de Libras. Para além dessa coordenadoria a universidade conta ainda com 05 (cinco) profissionais tradutores intérpretes no campus Belém, que estão lotados nos Institutos, todos esses profissionais buscam atender de maneira satisfatória as demandas que são recebidas. Após a realização deste segundo concurso a universidade passou a contar com mais um (1) profissional da área, efetivo, no campus de Castanhal, totalizando assim 02 (dois) profissionais naquele campus.

¹¹ Para atender as demandas de outros campus onde não há vagas de concurso público, a universidade tem contratado profissionais tradutores e intérpretes de Libras.

¹² Sendo um destes profissionais cedido para o Campus de Abaetetuba.

3.2. Analisando a atuação dos Tradutores e Intérpretes de Libras da Universidade Federal no Pará lotados na CoAccess.

A partir deste tópico nos debruçaremos sobre a análise das atividades desenvolvidas pelos tradutores e intérpretes de Libras lotados na Coordenadoria de Acessibilidade (CoAccess), no período de 2016 à 2017. A delimitação do local se deu a partir do registro semestral das atividades desenvolvidas pela CoAccess realizado pelas Equipes Técnicas especializadas, para esta pesquisa tomaremos mais especificamente a análise dos registros da Equipe técnica especializada da área da Deficiência auditiva e surdez, que é composta pelos profissionais público alvo desta pesquisa.

A metodologia adotada foi a de análise documental, conforme definição de Pádua (2012) “aquela realizada a partir de documentos, contemporâneos ou retrospectivos, considerados cientificamente autênticos (não fraudados)” (p. 68), utilizada para descrever ou comparar fatos sociais, a autora utiliza-se ainda de uma definição para documento que “é toda base de conhecimento fixado materialmente e suscetível de ser utilizado para consulta, estudo ou prova” (p. 69), o tratamento foi feito a partir de análise interpretativa dos dados coletados.

A delimitação do período de pesquisa, teve início a partir da nomeação dos profissionais tradutores e intérpretes de Libras na CoAccess¹³, segundo seus arquivos o início das atividades dos profissionais “Tradutores e Intérpretes de Linguagem de Sinais” data do mês de outubro, do ano de 2016, a partir da convocação nº14/2016, de 29 de agosto de 2016. O interesse à essa temática surgiu a fim de tornar conhecido, registrar e mapear as atividades realizadas por estes profissionais a partir dos estudos da tradução e interpretação categorizado a partir dos campos de atuação na universidade e para fins da mesma.

Os tradutores e intérpretes de Libras/Língua Portuguesa (TILSP), da CoAccess, dentre outras atividades na equipe Técnica especializada da qual fazem parte, realizam o trabalho de acessibilidade de comunicação e informação para o público surdo, usuários da Língua Brasileira de Sinais, sendo esse público alunos de graduação, pós-graduação e professores, atuam também em eventos e demais atividades e espaços de serviços dentro da universidade em favor dela.

Sobre a atuação desse profissional, alvo desta pesquisa, no nível superior devemos levar em consideração as atribuições e competências que este deve executar para o exercício da sua função, e a densidade lexical de conteúdos relacionados à formação universitária, e às

¹³ Neste período era denominado Núcleo de Inclusão Social (NIS), conforme descrito no capítulo 3 desta pesquisa.

diversas atividades do tripé que constitui o eixo fundamental da universidade – ensino, pesquisa e extensão –, o que torna sua atuação mais complexa.

As análises das atividades coletadas nos relatórios e registros da CoAcess mostra os diversos campos de atuação dos tradutores e interpretes de Libras/Língua Portuguesa, e mesmo estando em um contexto denominado educacional perpassam outros contextos de atuação, como vemos, inicialmente no quadro de registro das atividades dos TILSP, no 2º semestre do ano 2016:

Quadro 1: Atividades de Tradução e Interpretação realizados pelos TILSP da CoAcess no período de outubro a dezembro de 2016.

Atividades de Interpretação
<ul style="list-style-type: none"> ✓ Atendimento a alunos surdos da UFPA: <ul style="list-style-type: none"> ■ Interpretação em sala de aula regular: curso de Química, do Instituto de Ciências Exatas e Naturais – ICEN/UFPA ✓ Atendimento a professores surdos da UFPA: <ul style="list-style-type: none"> ■ Interpretação em reuniões de colegiado e conselho: Escola de Teatro e Dança da UFPA- ETDUFPA ✓ Apoio em eventos nos Institutos e demais espaços da universidade: <ul style="list-style-type: none"> ■ Interpretação em evento: I SENALEM – Seminário Nacional de Linguagem e Educação Matemática, do Instituto de Educação Matemática e Científica – IEMCI, ■ Interpretação em Projeto de extensão: “Teatro para surdos” na escola de Teatro e Dança da UFPA – ETDUFPA ■ Interpretação em evento: VIII Seminário de Teatro - ETDUFPA
Atividades de Tradução
<ul style="list-style-type: none"> ✓ Apoio com estratégias didáticas diferenciadas: <ul style="list-style-type: none"> ■ Produção midiática de cartilha educativa traduzida para a Libras. ✓ Tradução de Edital de processos seletivos <ul style="list-style-type: none"> ■ Edital do 3º PROCESSO SELETIVO ESPECIAL DE 2016 –

Ao analisarmos o quadro 1, percebemos a diversidade de espaços de atuação dos TILSP em diferentes áreas do conhecimento. Esse atendimento se estende não apenas aos alunos, mas à comunidade surda em geral por meio da realização da tradução e gravação do Edital de Processo Seletivo e interpretação em eventos, bem como o atendimento aos professores da instituição através da interpretação nas reuniões de Colegiado e conselhos deliberativos. As atividades, ocorridas na universidade ou em favor dela, nos remetem à comparação ao mapeamento dos campos disciplinares dos estudos da tradução e interpretação proposto, inicialmente, por Holmes (1972;1988 apud PAGANO E VASCONCELLOS, 2003) e pelos demais autores descritos no capítulo 2 desta pesquisa.

Além das ações descritas no quadro 1, acima, os TILSP são partícipes das atividades de pesquisa e extensão, não apenas como mediadores de comunicação, mas como pesquisadores, no desenvolvimento das ações da equipe técnica especializada da qual fazem parte, por exemplo, de grupo de estudos e pesquisa.

A equipe reúne-se no início de cada ano calendário para a organização de propostas de atividades que visam integrar o tripé ensino, pesquisa e extensão, baseando-se em ações que beneficiam acadêmicos, professores, técnicos, comunidade de surdos e ouvintes (SOUZA; LIMA; GONÇALVES, 2017 p. 92).

Ainda segundo as autoras (*ibidem*), dentro do planejamento anual a equipe propõe atividades fixas, algumas oriundas de planejamento de anos anteriores que não foram concluídas ou que obtiveram sucesso afim de dar continuidade. Para o primeiro semestre de 2017 foram realizadas as seguintes atividades, seguido de sua periodicidade:

Quadro 2: Atividades de Tradução e Interpretação realizados pelos TILSP da CoAcess no período de janeiro à julho de 2017.

ATIVIDADES DEMANDADAS	PERIODICIDADE¹⁴
Interpretação em Sala de aula no curso de Química	Diariamente
Interpretação em sala de aula no curso de Odontologia	Diariamente
Interpretação em aulas e atividades da pós-graduação (Mestrado)	Semanalmente

¹⁴ As denominações diárias, semanais, mensais e trimestrais correspondem às demandas fixas, as demais acontecem de acordo com as solicitações.

em Educação em Ciências e Matemática)	
Interpretação em sala de aula no curso intervalar Letras Libras LP/L2	Diariamente no período intervalar ¹⁵
Interpretação em reuniões de colegiado (Faculdade de Educação – FAED, Instituto de Letras e Comunicação (ILC), Escola de Teatro e Dança (ETDUFPA).	Mensalmente
Interpretação em defesa de TCC com participação de professor surdo na banca	Sem período fixo
Interpretação em defesa de TCC com participação de surdos na plateia.	Sem período fixo
Interpretação em defesa de Dissertação com participação da comunidade surda na plateia.	Sem período fixo
Interpretação em defesa de Tese com participação da comunidade surda na plateia.	Sem período fixo
Interpretação em Formações para Professores	Sem período fixo
Interpretação em Formações para Alunos	Sem período fixo
Apoio às demandas dos interpretes de outros institutos	Sem período fixo
Produção, tradução, interpretação e gravação de cartilhas educativas em Libras	Trimestralmente
Tradução de textos e trabalhos acadêmicos para alunos	Sem período fixo
Tradução de textos e trabalhos acadêmicos para professores	Sem período fixo
Acessibilidade para alunos surdos em órgãos e setores da UFPA	Sem período fixo
Acessibilidade para professores surdos em órgãos e setores da UFPA	Sem período fixo

Fonte: UFPA (2017d)

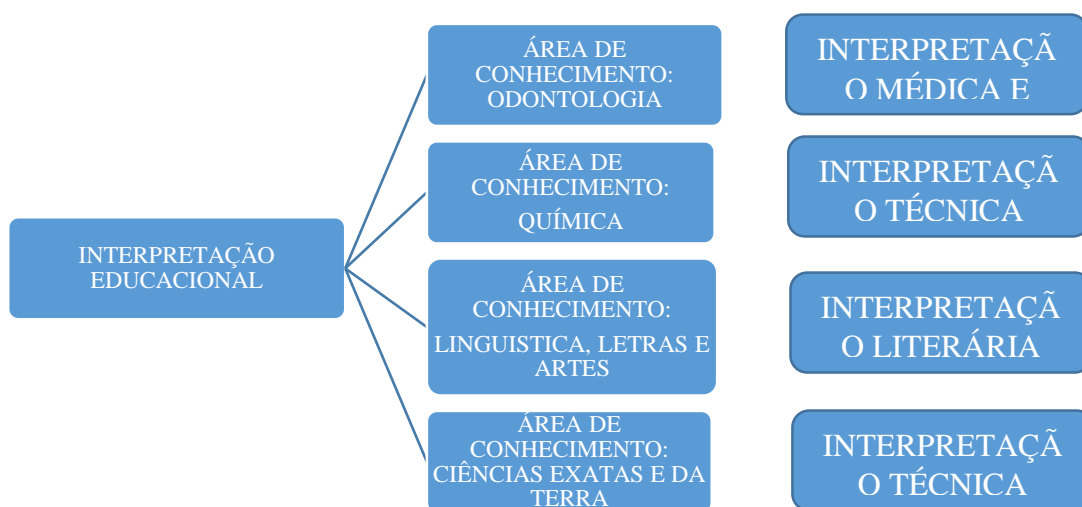
A partir do quadro 2, pode-se observar o crescente número de atividades realizadas pelos TILSP no primeiro semestre de 2017 em comparação ao semestre anterior (quadro 1). Conforme aponta o quadro 2, percebemos que a maior demanda de atuação do TILS é em sala de aula, tanto na graduação, como na pós-graduação, no entanto, as áreas para atuar são de conhecimentos distintos. Assim, identificamos quatro áreas de conhecimento: 1) interpretação em sala de aula no curso de Química; 2) interpretação em sala de aula no curso de Odontologia; 3) interpretação em sala de aula no curso de Letras Libras LP/L2; 4) interpretação em sala de aula no Programa de Mestrado em Educação em Ciências e Matemática. É perceptível que as atividades supracitadas, demandam do TILSP estratégias diferenciadas para cada uma das atuações, tanto pelo nível de proficiência dos alunos, quanto pelas áreas de conhecimento de cada curso.

Ao serem desenvolvidas as atividades nestas quatro áreas de conhecimento, aplicamos ao campo disciplinar dos estudos da Interpretação (EI), estando elas na subárea 18 -

¹⁵ O primeiro semestre do período intervalar acontece nos meses de janeiro e fevereiro, e o segundo semestre nos meses de julho e agosto.

Interpretação em Línguas de Sinais – do sítio de *St Jerome Publishing* (VASCONCELOS, 2010). Diante desta aplicação afilar tais atividades nas áreas emergentes do campo disciplinar dos Estudos da Tradução e da Interpretação de Línguas de Sinais (ETILS), o que nos faz refletir a respeito da proposta de outros mapeamentos que envolvam a diversidade de investigações da área:

Esquema 1: Áreas de atuação e conhecimentos aplicados ao campo disciplinar de Estudos da Tradução e da Interpretação de Línguas de Sinais.

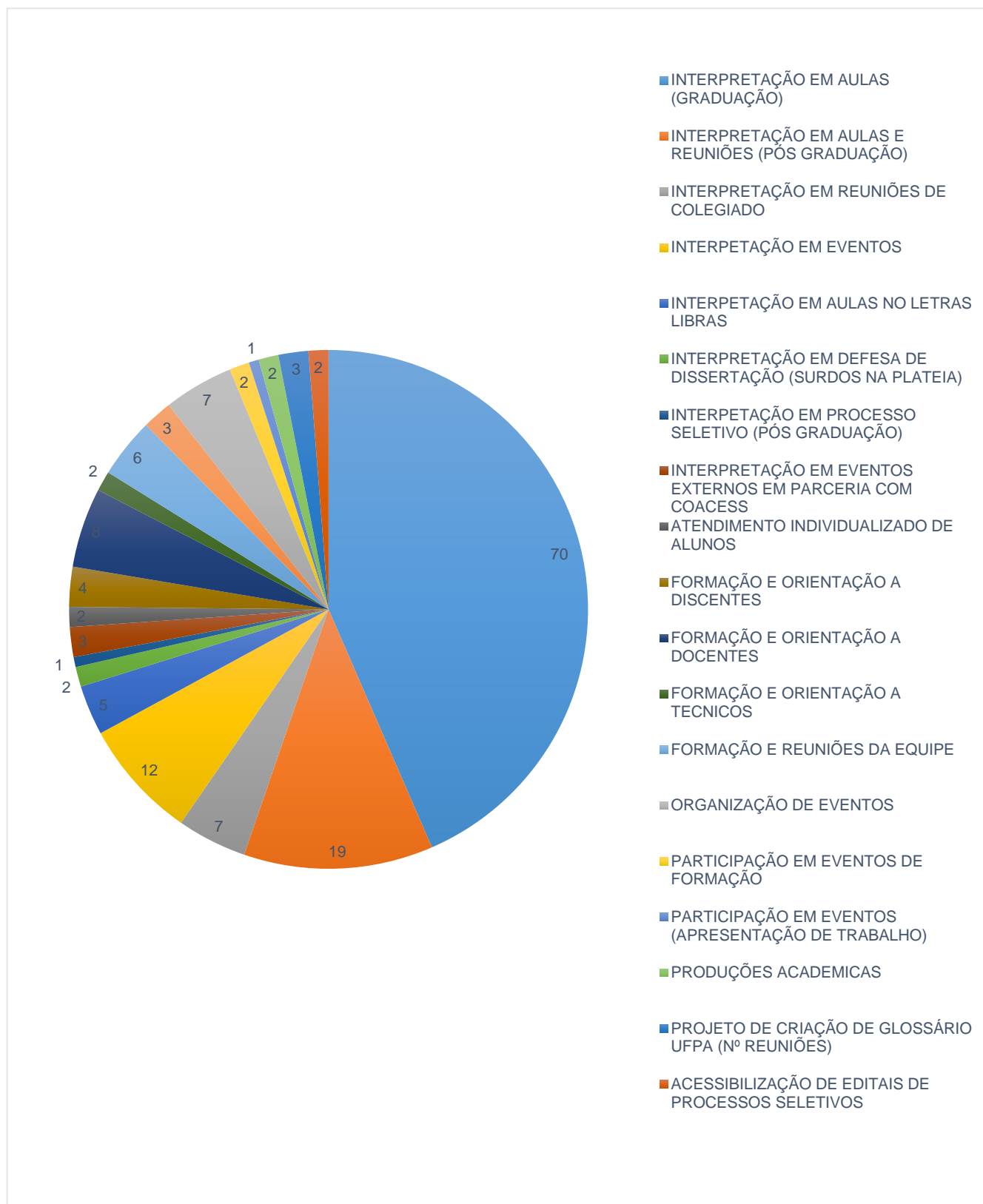


Fonte: a autora (2018)

O quadro acima nos remete apenas a quatro das atividades realizadas pelos TILSP, da CoAcess, durante o primeiro semestre de 2017, abrangendo suas respectivas áreas de conhecimento na categoria interpretação educacional e afinando para outras áreas dos estudos da tradução não mapeadas nos campos disciplinares apresentados pelos autores citados no segundo capítulo desta pesquisa, como a interpretação das línguas de sinais da área médica e da saúde. As demais atividades inseridas no mesmo contexto e em espaços diferentes ao de sala de aula abrangem outras áreas do campo dos ETILS's, que leva em consideração essa diversidade de atuação.

Algumas das ações do quadro 2, que refere-se as atividades realizadas no primeiro semestre de 2017, foram repetidas nas ações do segundo semestre do mesmo ano, que são as ações fixas já mencionadas, como podem ser visualizadas no gráfico a seguir:

Gráfico 3: Atividades de Tradução e Interpretação realizadas pelos TILSP da CoAccess no período de agosto a dezembro de 2017



Fonte: UFPA (2017e)

Com a crescente demanda outras ações que não apareciam nos semestres anteriores passaram a compor as atividades do segundo semestre de 2017. Podemos citar ações como: 1) formação do TILSP - segundo os dados da Equipe técnica especializada, a constante formação de seus profissionais é uma das prioridades da equipe e da CoAcess como um todo, para tanto, podemos destacar a realização do I Encontro de Tradutores e Intérpretes de Língua Brasileira de Sinais do Estado do Pará (ETILSPA), de abrangência estadual que teve como objetivo “discutir experiências e práticas dos Tradutores e Intérpretes de Língua Brasileira de Sinais em diversos contextos de atuação a fim de alicerçar a formação e atuação deste profissional” (UFPA, 2017f); 2) produções acadêmicas - através de submissão de trabalhos em eventos na modalidade comunicação oral e palestras, bem como publicações de artigos em livros; e 3) idealização e implantação do projeto para produção de glossário acadêmico e de espaços físicos da UFPA. Ações estas que promovem a importância da atuação do TILSP assegurando os direitos constitucionais garantindo assim a acessibilidade do público surdo (e com deficiência auditiva). Esse tipo de atuação que extrapola as ações de da sala de aula fazendo com que este profissional participe e analise não apenas o produto, isto é, a tradução e/ou interpretação, mas perceba todo o processo da tradução ou interpretação enquanto tema de pesquisa, ampliando e diversificando as possibilidades de análise e reflexão nos estudos da Tradução e da Interpretação.

CONCLUSÃO

O reconhecimento do profissional Tradutor e Intérprete de Libras decorre de movimentos sociais da comunidade surda, educadores e profissionais de áreas afins, que defendem a escolarização do surdo em espaços bilíngues, nos quais a instrução e o conhecimento curricular devam ser ensinados por meio da Língua Brasileira de Sinais, língua materna do surdo. Considerando a partir das conquistas vários surdos tem ingressado na Universidade Pública, acreditamos que é praticamente impossível atender as exigências legais de acesso deste público sem a presença do intérprete de Libras, visto que não somente o ingresso da pessoa surda é importante, mas sobretudo sua permanência e garantia de conclusão do curso com sucesso se fazem necessário.

Ao longo desta pesquisa percebemos que a Universidade Federal do Pará, através da CoAcess tem se preocupado com a garantia de acessibilidade de comunicação e informação tanto do aluno, como do profissional surdo, procurando não só incentivar ações de ensino, mas também de pesquisa e a extensão que se constitui como o tripé da educação superior, pois a formação do profissional de acordo com esse tripé é de grande valia. Esse tipo de ação desenvolvido pela universidade assegura uma formação acadêmica sólida para os alunos e o desenvolvimento de práticas educacionais, asseguram a inclusão e acessibilidade da pessoa surda. No sentido de assegurar esses direitos o TILS tem atuado na mediação das relações de ensino, pesquisa e extensão garantido o acesso a informação por meio da Língua natural dos surdos.

Desse modo, a presente pesquisa sistematizou as atividades e espaços de atuação do tradutores e intérpretes lotados na Coordenadoria de Acessibilidade da Universidade Federal do Pará. A instituição proporciona ainda uma base de apoio bem constituída com ambientes favoráveis à interação, reflexão e estudo, por intermédio da CoAcess, buscando atender as demandas solicitadas de acordo com a disponibilidade dos profissionais respeitando o número de intérpretes em campo e seu tempo de descanso.

A partir das propostas de mapeamento dos “Estudos da Tradução” no cenário internacional e nacional e os desdobramentos recentes em Tradução e interpretação de Língua de Sinais, tem sido reconhecida enquanto área de pesquisa. Diferentes áreas de atuação foram mapeadas concluindo que mesmo que as atividades possuam características semelhantes são desenvolvidas em espaços e contextos distintos, pois as áreas de conhecimento também são distintas, levando os profissionais a tomarem uma posição enunciativa, por meio da tradução e interpretação, de modo que façam escolhas de vocabulários e expressões, promovendo ao

aluno uma relação mais dialógica em seus ambientes de convivência acadêmica ou profissional. Tal mapeamento gera o fortalecimento das práticas da identidade dos profissionais enquanto pesquisadores, tradutores e intérpretes de línguas de sinais e de língua orais, bem como a possibilidade de uma reflexão informada sobre sua prática, além de demonstrar a importância que a universidade dá às pessoas surdas, buscando garantir-lhes o direito à educação em nível superior, de pós-graduação e em ambiente de trabalho.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº 10.436, de 24 de Abril de 2002.** Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências. 2002

_____. **Decreto nº 5.626, de 22 de Dezembro de 2005.** Regulamenta a Lei nº 10.436 de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras, e o art. 18 da lei nº 10.098 de 19 de dezembro de 2000. Brasília: Congresso Nacional, 2005a

_____. **Lei nº 11.091, de 12 de Janeiro de 2005.** Dispõe sobre a estruturação do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, no âmbito das Instituições Federais de Ensino vinculadas ao Ministério da Educação, e dá outras providências. 2005b

_____. **Lei nº 12.319 de 1 de Setembro de 2010.** Regulamenta a profissão de Tradutor e Intérprete da Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS. Brasília: Congresso Nacional, 2010a.

_____. **Portaria Normativa Mec 20/2010 – DOU: 08.10.2010.** Dispõe sobre o Programa Nacional para a Certificação de Proficiência no Uso e Ensino da Língua Brasileira de Sinais - Libras e para a Certificação de Proficiência em Tradução e Interpretação da Libras/Língua Portuguesa - Prolibras. 2010b

_____. **Lei nº 13.146, de 6 de Julho de 2015.** Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília: Congresso Nacional, 2015.

CONSEPE. Conselho Superior de Ensino e Pesquisa. **Resolução nº 3361 de 05 de agosto de 2005.** Estabelece normas para o acesso de estudantes egressos da escola pública, contemplando cota para negros, aos cursos de graduação da Universidade Federal do Pará, 2005.

_____. Conselho Superior de Ensino e Pesquisa. **Resolução nº 3.883 de 21 de julho de 2009.** Aprova a reserva de vagas nos cursos de graduação da UFPA aos portadores de deficiência. – Universidade Federal do Pará, 2009.

GOLDFELD, Marcia. **A Criança Surda - Linguagem e Cognição numa perspectiva sóciointeracionista.** Plexus, 1997.

GOMES, Morgana. Pedagogia no século XVI: Pedro Ponce de Leon. **Educativa: a Revista do Professor.** n. 3. Edição Especial. São Paulo: Minuano Cultural, 2008.

JESUS, Sônia Cupertino de; DOMINGUES, Thereza da C. A. **Surdez, cultura e educação.** Revista Discursos e Identidade Cultural. p 133- 141, 2004. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.unec.edu.br/ojs/index.php/unec02/article/viewFile/275/349>>. Acesso em 15 de novembro de 2017

LACERDA, Cristina Broglia Feitosa de. **Um pouco da história das diferentes abordagens na educação dos surdos.** Cad. CEDES vol.19 n.46 Campinas Sept. 1998. ISSN 0101-3262, Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-32621998000300007>. Acesso em 10 de outubro de 2017.

_____. Cristina B.F. de. O intérprete de línguas de sinais no contexto de uma sala de aula de alunos ouvintes: problematizando a questão. In: LACERDA, C. B. F. de; GOES, M. C. R. de (Orgs.). **Surdez: Processos educativos e subjetividade**. São Paulo: Lovise, 2000. P. 51-84.

_____. O intérprete educacional de língua de sinais no ensino fundamental: refletindo sobre limites e possibilidades. In: LODI, A C. B. et al. (Orgs.), **letramento e minorias**. Porto Alegre: Mediação, 2002. P. 120-128.

_____. **Intérprete de Libras: em atuação na educação infantil e no ensino fundamental**. – 7. Ed – Porto Alegre: Mediação, 2015.

LODI, Ana Claudia Balieiro. **Uma leitura enunciativa da língua brasileira de sinais: o gênero contos de fada**. PUC-SP/ UNIMEP , São Paulo, SP: 2004.

PADUA, Elisabete Matallo Marchesini de. **Metodologia da Pesquisa: abordagem teórico-prática**. 17 ed. – Campinas, SP: Papyrus, 2012.

PAGANO. Adriana; VASCONCELLOS. Maria Lúcia. Estudos da tradução no Brasil: reflexões sobre teses e dissertações elaboradas por pesquisadores brasileiros nas décadas de 1980 e 1990. DELTA vol.19 no.spe São Paulo 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-44502003000300003>. Acesso em 19 de abril de 2018.

PERLIN, Gladis; STROBEL, Karin. **Fundamentos da educação de surdos**. Curso de Licenciatura em Letras-Libras, ISBN: 85-60522-02-6, Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Comunicação e Expressão Centro de Educação, Florianópolis, 2006.

PIRES & NOBRE. C. L.e M. A Uma investigação sobre o processo de interpretação em Língua de Sinais. In: **Invenção da Surdez I**, Thomaz Lopes. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2004

QUADROS. Ronice Müller De. **O Tradutor e Intérprete de Língua Brasileira de Sinais e Língua Portuguesa**. Secretaria de Educação Especial; Programa Nacional de Apoio à Educação de Surdos - Brasília : MEC ; SEESP, 2004.

RAMOS, Clélia Regina. **LIBRAS: A Língua de Sinais dos Surdos Brasileiros**. Rio de Janeiro, RJ: Editora Arara Azul: 1992.

RAILY, Lucia. **Escola Inclusiva: linguagem e mediação**. Campinas, SP: Papyrus, 2004.

RUSSO, Angela. **Intérprete de língua brasileira de sinais: uma posição discursiva em construção**. 2009. 130 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Educação, Departamento de Programa de Pós Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010. Disponível em: <http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/21851/000738782.pdf?sequence=1>. Acesso em: 17 maio de 2018.

SÁ, Nídia Regina Limeira de. **Educação de Surdos: A caminho do Bilingüismo**.- Niterói: EdUFF, 1999.

SANTOS. Ozivan Perdigão. **Travessias Históricas do tradutor/intérprete de Libras: de 1980 a 2010**. Revista do Difere - ISSN 2179 6505, v. 2, n.4, dez/2012. Disponível em <<http://www.artificios.ufpa.br/Artigos/ozivan.pdf>>. Acesso em 09 de março de 2018.

SANTOS. Silvana Aguiar dos. **INTÉRPRETES DE LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS: UM ESTUDO SOBRE AS IDENTIDADES**. 2006. 198 f. Dissertação (Mestrado) - Pós Graduação em Educação da Universidade Federal de Santa Catarina, Santa Catarina, 2006. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/122677>>. Acesso em: 02 maio de 2018.

SOUZA. Raquel Nascimento; LIMA. Luciana Coelho Rodrigues; GONÇALVES. Arlete Marinho. **ATUAÇÃO DO INTERPRETE DE LIBRAS NO CONTEXTO EDUCACIONAL EM NÍVEL SUPERIOR: experiências na coordenadoria de acessibilidade da UFPA**. In: **Núcleo de Acessibilidade no Ensino Superior: práticas inclusivas com alunos com deficiência e transtornos funcionais específicos**. GONÇALVES. A. M. (org). – Curitiba: CRV, 2017.

UFPA. Universidade Federal do Pará. **Concurso Público para Cargos técnico – administrativos em educação. Edital N.º 127** – UFPA, 2013. Disponível em http://www.ceps.ufpa.br/arquivos/concurso_publico/ufpa2013/editais%20avisos/edital%20127%20-%20abertura.pdf. Acesso em 23 de março de 2018.

_____. Universidade Federal do Pará. **Concurso Público para Cargos técnico – administrativos em educação. Edital N.º 72** – UFPA, 2015. Disponível em http://www.ceps.ufpa.br/arquivos/concurso_publico/ufpa2015/Edital%2072_2015_DOU_12_Mai2015.pdf. Acesso em 23 de março de 2018.

_____. Universidade Federal do Pará. **REGIMENTO GERAL** – Publicado no Diário Oficial do Estado do Pará de 29/12/2006 - UFPA, 2006. https://portal.ufpa.br/images/docs/regimento_geral.pdf. Acesso em 23 de março de 2018.

_____. **RELATÓRIO DE TRABALHO DOS BOLSISTAS E EQUIPE DA DEFICIENCIA AUDITIVA/SURDEZ DO NIS - 2º SEMESTRE 2016**. COACCESS - Coordenadoria de Acessibilidade, 2016.

_____. **Anuário estatístico 2017- ano base 2016**. Pro reitoria de Planejamento e desenvolvimento institucional – PROPLAN. 2017a. Disponível em <http://www.proplan.ufpa.br/images/conteudo/proplan/dinfi/anuario%20estatistico/Anuario2017_AB2016.pdf>. Acesso em 15 de maio de 2018

_____. **Lista de alunos atendidos pela equipe de deficiência auditiva/surdez**. COACCESS - Coordenadoria de Acessibilidade, 2017b.

_____. **Quadro de referência dos técnicos administrativos ativos da UFPA**. PROGEP. Pro reitoria de desenvolvimento e gestão de Pessoal. 2017c. Disponível em

<http://www.progep.ufpa.br/progep/a-progep/quadro-de-referencia>. Acesso em 20 de maio de 2017.

_____. **Caderno de Registro de Solicitações e Demandas de Atividades**. COACCESS - Coordenadoria de Acessibilidade, 2017d.

_____. **RELATÓRIO DE TRABALHO DA EQUIPE DA DEFICIÊNCIA AUDITIVA E SURDEZ - 2º SEMESTRE 2017**. COACCESS - Coordenadoria de Acessibilidade, 2017e.

_____. **I Encontro de Tradutores e Intérpretes de Língua Brasileira de Sinais do Estado do Pará: O tradutor e interprete de Libras – Português: Formação e Atuação em diversos contextos**. COACCESS - Coordenadoria de Acessibilidade, 2017f.

VASCONCELLOS, Maria Lúcia. **TRADUÇÃO E INTERPRETAÇÃO DE LÍNGUA DE SINAIS (TILS) NA PÓS-GRADUAÇÃO: A AFILIAÇÃO AO CAMPO DISCIPLINAR “ESTUDOS DA TRADUÇÃO**. 2010. Disponível e, <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/traducao/article/view/2175-7968.2010v2n26p119/14226>>. Acesso em 05 de maio de 2018.

VELOSO, Éden; MAIA FILHO, Valdeci. **Aprenda LIBRAS com eficiência e rapidez**. vol.1. Curitiba, PR: Mãos Sinais, 2009.

ZAMPIERE, Marinês Amália. **PROFESSOR OUVINTE E ALUNO SURDO: Possibilidades de relação pedagógica na sala de aula com intérprete de Libras- Língua Portuguesa**. Piracicaba, SP: 2006.

Anexo I – Termo de autorização para realização da pesquisa.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
SUPERINTENDENCIA DE ASSISTENCIA ESTUDANTIL
COORDENADORIA DE ACESSIBILIDADE

TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DA PESQUISA

Eu, Arlete Marinho Gonçalves, Coordenadora de Acessibilidade da Universidade Federal do Pará, RG Nº 3431260, CPF Nº 612.185.022-15, autorizo Raquel Nascimento de Souza, Rg nº 5868318 SSP/PA, e CPF nº 966.200.562-53, aluna do curso Ead Bacharelado em Letras com Habilitação em Língua Brasileira de Sinais – Libras, matrícula 14400521 da Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, orientada pela Professora Dr^a Ronice Muller da mesma universidade, a realizarem pesquisa de caráter documental nos relatórios de atividades realizadas pelos tradutores e intérpretes de Libras nos anos de 2016 e 2017 na Coordenadoria de Acessibilidade – CoAcess/SAEst, para a realização do Projeto de Pesquisa "O tradutor e intérprete de Libras no contexto educacional em nível superior: Atuação na Universidade Federal do Pará", que tem por objetivo primário conhecer e catalogar as práticas dos profissionais que atuam na tradução e interpretação do par linguístico Língua Brasileira de Sinais/Língua Portuguesa da Universidade Federal do Pará.

Os pesquisadores acima qualificados se comprometem a:

- 1- Iniciarem a coleta de dados somente após autorização da instituição.
- 2- Obedecerem às disposições éticas que regem as pesquisas.
- 3- Assegurarem a privacidade das pessoas citadas nos documentos institucionais e/ou contatadas diretamente, de modo a proteger suas imagens, bem como garantem que não utilizarão as informações coletadas em prejuízo dessas pessoas e/ou da instituição.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
SUPERINTENDENCIA DE ASSISTENCIA ESTUDANTIL
COORDENADORIA DE ACESSIBILIDADE

Belém/Pa, 18 de maio de 2018.


Prof. Dra. Ariele Marinho Gonçalves

Coordenadoria de Acessibilidade / CaAcess - Port. N°2987/2017
Superintendência de Assistência Estudantil – SAEST/UFPA

